

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	20
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	73
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	77
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	79
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	81

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.484
Preferenciais	88.177
Total	152.661
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2012	Ordinária		0,41890
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2012	Preferencial		0,41890
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2012	Dividendo	30/04/2012	Ordinária		0,32969
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2012	Dividendo	30/04/2012	Preferencial		0,32969
Reunião do Conselho de Administração	29/06/2012	Juros sobre Capital Próprio	27/07/2012	Ordinária		0,41890
Reunião do Conselho de Administração	29/06/2012	Juros sobre Capital Próprio	27/07/2012	Preferencial		0,41890
Reunião do Conselho de Administração	29/06/2012	Dividendo	27/07/2012	Ordinária		0,63572
Reunião do Conselho de Administração	29/06/2012	Dividendo	27/07/2012	Preferencial		0,63572

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	7.449.616	7.273.991
1.01	Ativo Circulante	1.640.183	1.737.605
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	153.239	151.021
1.01.03	Contas a Receber	1.312.306	1.449.016
1.01.03.01	Clientes	1.310.044	1.434.110
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.262	14.906
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Sec. da Fazenda	2.262	14.906
1.01.04	Estoques	46.693	50.044
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.867	7.840
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.867	7.840
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	6.867	7.840
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.240	1.786
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	111.838	77.898
1.01.08.03	Outros	111.838	77.898
1.01.08.03.01	Crédito com controladas	187	3.291
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	529	529
1.01.08.03.03	Instrumentos Derivativos Financeiros	32.245	0
1.01.08.03.04	Outros	78.877	74.078
1.02	Ativo Não Circulante	5.809.433	5.536.386
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.770.432	4.635.270
1.02.01.03	Contas a Receber	4.388.735	4.234.167
1.02.01.03.01	Clientes	3.490.214	3.423.417
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	898.521	810.750
1.02.01.04	Estoques	146.789	145.395
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.214	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.214	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	225.694	255.708
1.02.01.09.03	Benefício Fiscal do Ágio	104.663	119.079
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	71.197	61.886
1.02.01.09.05	Instrumentos Derivativos Financeiros	31.702	53.736
1.02.01.09.06	Outros	18.132	21.007
1.02.02	Investimentos	1.022.791	883.515
1.02.02.01	Participações Societárias	1.022.791	883.515
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.022.791	883.515
1.02.03	Imobilizado	8.788	8.655
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.788	8.655
1.02.04	Intangível	7.422	8.946
1.02.04.01	Intangíveis	7.422	8.946

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	7.449.616	7.273.991
2.01	Passivo Circulante	1.605.433	1.341.917
2.01.02	Fornecedores	46.539	48.781
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	46.539	48.781
2.01.03	Obrigações Fiscais	94.079	89.744
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	94.079	89.744
2.01.03.01.02	Tributos e encargos sociais a recolher	81.318	77.471
2.01.03.01.03	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	12.761	12.273
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.199.211	861.689
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.034.284	693.472
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	902.856	692.677
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	131.428	795
2.01.04.02	Debêntures	164.927	168.217
2.01.05	Outras Obrigações	245.031	318.873
2.01.05.02	Outros	245.031	318.873
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	167.869	232.156
2.01.05.02.04	Valores a pagar - Fundação Cesp	6.236	6.244
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	36.097	27.497
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.399	27.226
2.01.05.02.07	Outros	23.430	25.750
2.01.06	Provisões	20.573	22.830
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.573	22.830
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	20.573	22.830
2.02	Passivo Não Circulante	1.204.223	1.392.640
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	863.354	1.042.869
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	471.684	653.233
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	298.281	372.835
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	173.403	280.398
2.02.01.02	Debêntures	391.670	389.636
2.02.02	Outras Obrigações	203.323	201.623
2.02.02.02	Outros	203.323	201.623
2.02.02.02.04	Obrigações Especiais	24.053	24.053
2.02.02.02.05	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	144.630	145.236
2.02.02.02.06	Encargos Regulatórios a Recolher	34.640	32.334
2.02.03	Tributos Diferidos	36.414	46.316
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.414	46.316
2.02.03.01.01	PIS e COFINS Diferidos	36.414	44.334
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.982
2.02.04	Provisões	101.132	101.832
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	101.132	101.832
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	6.200	7.608
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	90.350	89.234
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.582	3.347
2.02.04.01.05	ANEEL	0	1.643
2.03	Patrimônio Líquido	4.639.960	4.539.434
2.03.01	Capital Social Realizado	1.162.626	1.162.626

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.02	Reservas de Capital	2.202.947	2.202.947
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	147.912	147.912
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	666	666
2.03.02.07	Subvenções para investimento – CRC	1.264.084	1.264.084
2.03.02.08	Remuneração das imobilizações em curso	633.053	633.053
2.03.02.09	Doações e subvenções para investimentos	150.489	150.489
2.03.02.10	Incentivos fiscais FINAM	6.743	6.743
2.03.04	Reservas de Lucros	1.141.244	1.173.861
2.03.04.01	Reserva Legal	232.525	232.525
2.03.04.02	Reserva Estatutária	116.263	116.263
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	29.808	31.076
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	762.648	762.648
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	31.349
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	133.143	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	453.981	896.610	481.238	943.059
3.01.01	Receita Operacional Líquida	453.981	896.610	481.238	943.059
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-121.548	-239.129	-143.789	-276.032
3.02.01	Custo dos Serviços de Construção e Operação e Manutenção	-121.548	-239.129	-143.789	-276.032
3.03	Resultado Bruto	332.433	657.481	337.449	667.027
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.221	-37.810	-64.059	-94.602
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.781	-70.157	-38.790	-69.306
3.04.02.01	Honorários da Administração	-1.375	-2.777	-1.256	-2.571
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-31.406	-67.380	-37.534	-66.735
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	641	1.253	1.497	2.357
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13.953	-21.184	-35.698	-42.951
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.872	52.278	8.932	15.298
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	305.212	619.671	273.390	572.425
3.06	Resultado Financeiro	-46.465	-97.808	-35.081	-66.409
3.06.01	Receitas Financeiras	31.274	69.498	6.875	11.211
3.06.02	Despesas Financeiras	-77.739	-167.306	-41.956	-77.620
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	258.747	521.863	238.309	506.016
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-57.574	-115.586	-37.804	-99.667
3.08.01	Corrente	-57.414	-126.785	-54.330	-117.622
3.08.02	Diferido	-160	11.199	16.526	17.955
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	201.173	406.277	200.505	406.349
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	201.173	406.277	200.505	406.349
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,31777	2,66129	1,32060	2,66129
3.99.01.02	PN	1,31777	2,66129	1,32060	2,66129
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,29864	2,62017	1,29468	2,62017

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.99.02.02	PN	1,29864	2,62017	1,29468	2,62017

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	201.173	406.277	200.505	406.349
4.03	Resultado Abrangente do Período	201.173	406.277	200.505	406.349

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	416.759	386.878
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	445.573	498.447
6.01.01.01	Lucro do Período	406.277	406.349
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	2.279	3.138
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	-7.919	4.581
6.01.01.04	Imposto de Renda e CS Diferidos	-11.199	-17.955
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-700	-2.791
6.01.01.06	Valor Residual do Ativo Perm. Baixado	113	14
6.01.01.07	Amortização do Ágio	14.416	14.416
6.01.01.08	Juros e Var. Monet. e Cambial s/ Ativos e Passivos	95.804	77.503
6.01.01.09	Perda na variação de Participação em Controlada	0	28.490
6.01.01.10	Resultado da Equivalência Patrimonial	-52.278	-15.298
6.01.01.11	Realização de perda em Controlada	-1.220	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.814	-111.569
6.01.02.01	Clientes	57.325	-84.740
6.01.02.02	Estoques	1.957	2.428
6.01.02.03	Valores a Receber - Secr. da Fazenda	-75.127	-50.876
6.01.02.04	Tributos e Contribuições a Compensar	973	560
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-9.311	-3.050
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-7.454	-6.050
6.01.02.07	Outros	1.180	36.513
6.01.02.08	Fornecedores	-2.242	-7.531
6.01.02.09	Tributos e Enc. Sociais a Recolher	3.847	-12.464
6.01.02.10	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	-6.284	-3.571
6.01.02.11	Encargos Regulatórios a Recolher	10.906	3.166
6.01.02.12	Provisões	-2.257	-654
6.01.02.13	Valores a Pagar - Fundação CESP	-8	-685
6.01.02.14	Outros	-2.319	15.385
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-86.779	-149.809
6.02.01	Compras de Imobilizado	-818	-3.561
6.02.02	Intangível	-183	0
6.02.03	Investimentos	-85.778	-146.248
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-327.762	-165.093
6.03.01	Adições de Empréstimos	400.000	384.830
6.03.02	Pagamento de Empréstimos (Inclui Juros)	-357.725	-132.397
6.03.03	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-370.037	-433.814
6.03.04	Integralização de Capital / Adto. Futuro Aumento Capital	0	16.288
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.218	71.976
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	151.021	40.334
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	153.239	112.310

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-31.349	-274.402	0	-305.751
5.04.06	Dividendos	0	0	-31.349	-147.382	0	-178.731
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-127.900	0	-127.900
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	688	0	688
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio Presritos	0	0	0	192	0	192
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	406.277	0	406.277
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	406.277	0	406.277
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.268	1.268	0	0
5.06.04	Realização de Reservas de Lucros a Realizar	0	0	-1.268	1.268	0	0
5.07	Saldos Finais	1.162.626	2.202.947	1.141.244	133.143	0	4.639.960

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.288	-198.021	-288.661	0	-470.394
5.04.06	Dividendos	0	0	-198.021	-160.525	0	-358.546
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-129.154	0	-129.154
5.04.08	Dividendos prescritos	0	0	0	715	0	715
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio prescritos	0	0	0	303	0	303
5.04.10	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	16.288	0	0	0	16.288
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	406.349	0	406.349
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	406.349	0	406.349
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.142	1.142	0	0
5.06.04	Realização da Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-1.142	1.142	0	0
5.07	Saldos Finais	1.119.911	2.248.067	1.012.982	118.830	0	4.499.790

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	1.048.396	1.082.725
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.047.143	1.080.368
7.01.02	Outras Receitas	1.253	2.357
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-190.769	-270.856
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.543	-4.776
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-181.226	-266.080
7.03	Valor Adicionado Bruto	857.627	811.869
7.04	Retenções	-2.279	-3.138
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.279	-3.138
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	855.348	808.731
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	121.776	26.509
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	52.278	15.298
7.06.02	Receitas Financeiras	69.498	11.211
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	977.124	835.240
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	977.124	835.240
7.08.01	Pessoal	100.008	79.163
7.08.01.01	Remuneração Direta	76.241	58.588
7.08.01.02	Benefícios	18.429	15.670
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.338	4.905
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	296.453	265.793
7.08.02.01	Federais	287.292	257.877
7.08.02.02	Estaduais	476	385
7.08.02.03	Municipais	8.685	7.531
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	174.386	83.935
7.08.03.01	Juros	167.278	77.571
7.08.03.02	Aluguéis	7.108	6.364
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	406.277	406.349
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	127.900	129.154
7.08.04.02	Dividendos	147.382	160.525
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	130.995	116.670

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	8.857.719	8.409.496
1.01	Ativo Circulante	1.832.816	1.837.765
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	210.722	207.295
1.01.03	Contas a Receber	1.437.697	1.489.700
1.01.03.01	Clientes	1.435.435	1.474.794
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.262	14.906
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Sec. da Fazenda	2.262	14.906
1.01.04	Estoques	48.419	50.052
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.129	11.326
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.129	11.326
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	11.129	11.326
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.472	3.190
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	114.377	76.202
1.01.08.03	Outros	114.377	76.202
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	33.198	1.673
1.01.08.03.02	Outros	81.179	74.529
1.02	Ativo Não Circulante	7.024.903	6.571.731
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.008.480	6.553.949
1.02.01.03	Contas a Receber	6.618.666	6.145.777
1.02.01.03.01	Clientes	5.720.145	5.335.027
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	898.521	810.750
1.02.01.04	Estoques	146.789	145.395
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.214	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.214	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	233.811	262.777
1.02.01.09.03	Benefício Fiscal Ágio Incorporado	104.663	119.079
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	71.197	61.886
1.02.01.09.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	32.781	54.195
1.02.01.09.06	Outros	25.170	27.617
1.02.03	Imobilizado	8.928	8.784
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.928	8.784
1.02.04	Intangível	7.495	8.998
1.02.04.01	Intangíveis	7.495	8.998

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	8.857.719	8.409.496
2.01	Passivo Circulante	2.447.100	1.921.012
2.01.02	Fornecedores	73.255	83.056
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	73.255	83.056
2.01.03	Obrigações Fiscais	98.938	92.546
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	98.938	92.546
2.01.03.01.02	Tributos e encargos sociais a recolher	86.177	80.273
2.01.03.01.03	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	12.761	12.273
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.997.637	1.397.498
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.603.290	1.007.673
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.471.862	1.006.878
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	131.428	795
2.01.04.02	Debêntures	394.347	389.825
2.01.05	Outras Obrigações	255.930	324.635
2.01.05.02	Outros	255.930	324.635
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	167.869	232.156
2.01.05.02.04	Valores a Pagar - Fundação Cesp	6.236	6.244
2.01.05.02.05	Encargos regulatórios a recolher	38.056	28.824
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.399	27.226
2.01.05.02.07	Outros	32.370	30.185
2.01.06	Provisões	21.340	23.277
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	21.340	23.277
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	21.340	23.277
2.02	Passivo Não Circulante	1.770.659	1.949.050
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.172.844	1.373.900
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	781.174	984.264
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	607.771	703.866
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	173.403	280.398
2.02.01.02	Debêntures	391.670	389.636
2.02.02	Outras Obrigações	203.323	201.623
2.02.02.02	Outros	203.323	201.623
2.02.02.02.03	Obrigações Especias	24.053	24.053
2.02.02.02.04	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	144.630	145.236
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	34.640	32.334
2.02.03	Tributos Diferidos	293.360	271.695
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	293.360	271.695
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	56.051	42.176
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	237.309	229.519
2.02.04	Provisões	101.132	101.832
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	101.132	101.832
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	6.200	7.608
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	90.350	89.234
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.582	3.347
2.02.04.01.05	ANEEL	0	1.643
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.639.960	4.539.434
2.03.01	Capital Social Realizado	1.162.626	1.162.626

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.02	Reservas de Capital	2.202.947	2.202.947
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	147.912	147.912
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	666	666
2.03.02.07	Subvenções para Investimento - CRC	1.264.084	1.264.084
2.03.02.08	Remuneração das Imobilizações em Curso	633.053	633.053
2.03.02.09	Doações e Subvenções para Investimentos	150.489	150.489
2.03.02.10	Incentivos Fiscais - FINAM	6.743	6.743
2.03.04	Reservas de Lucros	1.141.244	1.173.861
2.03.04.01	Reserva Legal	232.525	232.525
2.03.04.02	Reserva Estatutária	116.263	116.263
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	29.808	31.076
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	762.648	762.648
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	31.349
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	133.143	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	659.424	1.310.802	690.735	1.297.776
3.01.01	Receita Operacional Líquida	659.424	1.310.802	690.735	1.297.776
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-277.612	-534.525	-320.119	-575.856
3.02.01	Custo dos Serviços de Construção e Operação e Manutenção	-277.612	-534.525	-320.119	-575.856
3.03	Resultado Bruto	381.812	776.277	370.616	721.920
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-46.861	-98.510	-73.029	-115.034
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.057	-81.096	-38.828	-74.481
3.04.02.01	Honorários da Administração	-1.732	-3.577	-1.558	-3.196
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-34.325	-77.519	-37.270	-71.285
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.159	3.771	1.497	2.398
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13.963	-21.185	-35.698	-42.951
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	334.951	677.767	297.587	606.886
3.06	Resultado Financeiro	-68.183	-139.203	-53.749	-91.024
3.06.01	Receitas Financeiras	34.615	73.933	8.676	16.019
3.06.02	Despesas Financeiras	-102.798	-213.136	-62.425	-107.043
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	266.768	538.564	243.838	515.862
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-65.595	-132.287	-43.333	-109.513
3.08.01	Corrente	-57.985	-127.630	-54.638	-118.231
3.08.02	Diferido	-7.610	-4.657	11.305	8.718
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	201.173	406.277	200.505	406.349
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	201.173	406.277	200.505	406.349
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	201.173	406.277	200.505	406.349
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,31777	2,66129	1,32060	2,67636
3.99.01.02	PN	1,31777	2,66129	1,32060	2,67636
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,29864	2,62017	1,29468	2,62465

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.99.02.02	PN	1,29864	2,62017	1,29468	2,62465

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	201.173	406.277	200.505	406.349
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	201.173	406.277	200.505	406.349
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	201.173	406.277	200.505	406.349

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	133.260	36.124
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	571.636	566.885
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	406.277	406.349
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	2.292	3.152
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	7.790	39.316
6.01.01.04	Imposto de Renda e CS Diferidos	4.657	-8.718
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-700	-2.759
6.01.01.06	Valor Residual Ativo Perm. Baixado	113	14
6.01.01.07	Amortização do Ágio	14.416	14.416
6.01.01.08	Juros e Var. Monet. e Cambial c/ Ativos e Passivos	138.011	86.625
6.01.01.09	Perda na Variação Participação em Controlada em Conjunto	0	28.490
6.01.01.10	Realização da perda em Controlada em Conjunto	-1.220	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-438.376	-530.761
6.01.02.01	Clientes	-344.482	-462.028
6.01.02.02	Estoques	239	2.428
6.01.02.03	Valores a Receber - Secr. da Fazenda	-75.127	-50.876
6.01.02.04	Tributos e Contribuições a Compensar	197	224
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-9.311	-3.050
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-7.282	-5.849
6.01.02.07	Outros	-4.205	35.235
6.01.02.08	Fornecedores	-9.801	2.724
6.01.02.09	Tributos e Enc. Sociais a Recolher	5.904	-11.988
6.01.02.10	Encargos Regulatórios a Recolher	11.538	3.512
6.01.02.11	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	-6.284	-3.571
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	634
6.01.02.13	Provisões	-1.938	-538
6.01.02.14	Valores a Pagar - Fund. CESP	-8	-685
6.01.02.15	Outros	2.184	-36.933
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.046	-16.703
6.02.01	Imobilizado	-842	-3.594
6.02.02	Intangível	-204	0
6.02.03	Investimentos	0	-13.109
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-128.787	142.793
6.03.01	Adições de Empréstimos	622.251	705.562
6.03.02	Pagamento de Empréstimos (Inclui Juros)	-381.001	-145.243
6.03.03	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-370.037	-433.814
6.03.04	Integralização de Capital / Adto. Futuro Aumento Capital	0	16.288
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.427	162.214
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	207.295	54.982
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	210.722	217.196

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434	0	4.539.434
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434	0	4.539.434
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-31.349	-274.402	0	-305.751	0	-305.751
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-147.382	0	-178.731	0	-178.731
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-127.900	0	-127.900	0	-127.900
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	688	0	688	0	688
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	192	0	192	0	192
5.04.10	Dividendos Pagos	0	0	-31.349	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	406.277	0	406.277	0	406.277
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	406.277	0	406.277	0	406.277
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.268	1.268	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Reservas de Lucros a Realizar	0	0	-1.268	1.268	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.162.626	2.202.947	1.141.244	133.143	0	4.639.960	0	4.639.960

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835	0	4.563.835
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835	0	4.563.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.288	-198.021	-288.661	0	-470.394	0	-470.394
5.04.06	Dividendos	0	0	-198.021	-160.525	0	-358.546	0	-358.546
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-129.154	0	-129.154	0	-129.154
5.04.08	Dividendos prescritos	0	0	0	715	0	715	0	715
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio prescritos	0	0	0	303	0	303	0	303
5.04.10	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	16.288	0	0	0	16.288	0	16.288
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	406.349	0	406.349	0	406.349
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	406.349	0	406.349	0	406.349
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.142	1.142	0	0	0	0
5.06.04	Realização da Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-1.142	1.142	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.119.911	2.248.067	1.012.982	118.830	0	4.499.790	0	4.499.790

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	1.484.470	1.474.383
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.480.699	1.471.985
7.01.02	Outras Receitas	3.771	2.398
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-491.602	-573.196
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-11.373	-5.966
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-480.229	-567.230
7.03	Valor Adicionado Bruto	992.868	901.187
7.04	Retenções	-2.292	-3.152
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.292	-3.152
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	990.576	898.035
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	73.933	16.019
7.06.02	Receitas Financeiras	73.933	16.019
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.064.509	914.054
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.064.509	914.054
7.08.01	Pessoal	104.425	81.652
7.08.01.01	Remuneração Direta	79.121	60.739
7.08.01.02	Benefícios	19.416	15.930
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.888	4.983
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	333.315	312.661
7.08.02.01	Federais	323.990	304.703
7.08.02.02	Estaduais	640	426
7.08.02.03	Municipais	8.685	7.532
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	220.492	113.392
7.08.03.01	Juros	213.094	106.988
7.08.03.02	Aluguéis	7.398	6.404
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	406.277	406.349
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	127.900	129.154
7.08.04.02	Dividendos	147.382	160.525
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	130.995	116.670

Comentário do Desempenho

Análise do resultado consolidado do trimestre findo em 30 de junho de

	Em milhares de reais				
	2012	%	2011	%	% Variação 2012/2011
Receita operacional líquida	659.424	100	690.735	100	(4,5)
Custo dos Serviços de Construção e de Operação e Manutenção	(277.612)	42,1	(320.119)	46,3	(13,3)
Lucro Bruto	381.812	57,9	370.616	53,7	3,0
Despesas operacionais líquidas	(46.861)	7,1	(73.029)	10,6	(35,8)
Resultado financeiro	(68.183)	10,3	(53.749)	7,8	26,9
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	266.768	40,5	243.838	35,3	9,4
Imposto de renda e contribuição social	(65.595)	9,9	(43.333)	6,3	51,4
Lucro líquido do período	201.173	30,5	200.505	29,0	0,3

O **lucro bruto** consolidado apresentou um acréscimo de 3,0% no 2T12, em comparação ao 2T11, conforme detalhado a seguir:

A **receita operacional líquida** que teve uma redução de 4,5% no 2T12, é composta por variação de (i) redução de 23,5% das receitas de construção, (ii) acréscimo de 21,5% das receitas de operação e manutenção; (iii) acréscimo de 5,3% das receitas financeiras, e (iv) acréscimo de 10,4% de deduções da receita operacional.

- (i) As **receitas de construção** totalizaram R\$228.480 mil no 2T12, comparada com R\$298.657 mil no 2T11, impactadas positivamente pelo avanço das obras da IEMadeira e início das obras da IEGaranhuns; e negativamente pela entrada em operação da controlada Serra do Japi, cujas obras foram concluídas no primeiro trimestre de 2012. Na CTEEP a construção de obras de reforço e ampliação no 2T12 são de menor valor em relação ao 2T11.
- (ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$167.672 mil no 2T12, comparada com R\$137.990 mil no 2T11, devido a variação do IGPM do ciclo da Receita Anual Permitida - RAP de 2010/2011 para 2011/2012, e inclusão de novos valores a RAP por finalização de obras.
- (iii) As **receitas financeiras**, oriundas dos contratos de concessão, somaram R\$357.841 mil no 2T12, comparada com R\$339.883 mil no 2T11, refletindo a variação do fluxo financeiro previsto para a realização dos valores de construção e indenização.
- (iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R\$99.125 mil no 2T12 e R\$89.747 mil no 2T11, devido: (i) encargos regulatórios - aumento de 42,9%, decorrente, substancialmente, do CCC e CDE, devido ao consumo dos consumidores livres; (ii) tributos sobre a receita – redução de 12,2% em função da alteração na alíquota de PIS e COFINS das controladas IEMG e Serra do Japi, em decorrência da mudança do regime tributário de lucro real para lucro presumido.

Os **custos de construção e de operação e manutenção** tiveram redução de 13,3%, alcançando R\$277.612 mil no 2T12 frente aos R\$320.119 mil no 2T11. Essa variação decorre, substancialmente, do acréscimo dos custos de pessoal, dos custos de serviços de terceiros, combinado com a redução dos custos de materiais.

Os custos de pessoal aumentaram em decorrência, substancialmente, do dissídio coletivo de 7,5%, concedido em julho de 2011 e aumento no quadro de pessoal.

Comentário do Desempenho

A variação verificada em serviço de terceiros decorre do aumento em manutenção e conservação de linhas de transmissão na CTEEP e do estágio avançado das obras da controlada IEMadeira.

A redução verificada em materiais acompanha a variação apresentada na linha de receita de construção.

As **despesas operacionais líquidas** tiveram uma redução de 35,8% alcançando R\$46.861 mil no 2T12 comparada com R\$73.029 mil no 2T11. Essa variação decorre, substancialmente, do acréscimo das despesas de pessoal, das despesas de serviços de terceiros, redução das despesas de contingências e redução das outras despesas operacionais.

As despesas de serviços de terceiros aumentaram em decorrência, substancialmente, da contratação de serviços de informática, departamento pessoal, consultoria e assessoria pelas subsidiárias Pinheiros e IEMadeira.

As despesas com contingências reduziram, principalmente, pela revisão da expectativa de perda de alguns processos e redução nos valores previstos para execuções judiciais.

A variação verificada em outras despesas operacionais decorre da perda em participação na controlada IEMG (nota 11) reconhecida no 2T11, no montante de R\$28.490.

A margem **EBITDA** foi de 52,6%, totalizando R\$346.780 no 2T12 em comparação a 48,3%, R\$333.427 mil no 2T11.

O **resultado financeiro** atingiu despesa de R\$68.183 mil no 2T12 apresentando aumento de 26,9% em relação a R\$53.749 mil no 2T11 devido a maior alavancagem financeira. O saldo dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2012 é de R\$3.170.481, em comparação a R\$2.098.052 em 30 de junho de 2011.

As despesas com **imposto de renda e contribuição social** aumentaram 51,4% somando R\$65.595 mil no 2T12 contra R\$43.333 no 2T11. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 24,6% no 2T12, comparado com 17,8% no 2T11, tendo em vista que no 2T11 a taxa efetiva foi impactada pelo benefício da redução da multa e juros no parcelamento do REFIS. As principais diferenças permanentes que justificam a variação entre a taxa efetiva e a taxa nominal são despesa de juros sobre capital próprio e reversão da provisão para manutenção de integridade do patrimônio líquido.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o **lucro líquido** do 2T12 totalizou R\$201.173 mil, montante 0,3% superior quando comparado a R\$200.505 mil no 2T11.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como programas de pesquisa e desenvolvimento no que tange a transporte de energia e outras atividades correlatas à tecnologia disponível, sendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia é oriunda de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”), tendo iniciado suas operações comerciais em 01 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“EPTE”), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006 o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário, alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a consequente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital”), sociedade brasileira controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”), sediada na Colômbia, constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa. Adicionalmente, a CTEEP possui programa de “American Depositary Receipts - ADRs” - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York, e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

Em setembro de 2002, a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 1, da BM&FBovespa. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

A Companhia tem suas ações preferenciais incluídas no Índice Ibovespa da BM&FBovespa e também integra o Índice de Governança Corporativa – IGC e o Índice de Energia Elétrica – IEE.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		RAP em grau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
					Prazo	Próxima			R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001 (*)		20	07.07.15	4 anos	2013	Não	IGPM	2.113.952	06/12
CTEEP	143/2001		30	20.12.31	n/a	n/a	Sim	IGPM	15.934	06/12
IEMG	004/2007	100	30	23.04.37	5 anos	2012	Sim	IPCA	13.567	06/12
Pinheiros	012/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	8.173	06/12
Pinheiros	015/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	19.076	06/12
Pinheiros	018/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	3.332	06/12
Pinheiros	021/2011	100	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	4.400	09/11 (**)
Serra do Japi	026/2009	100	30	18.11.39	5 anos	2015	Não	IPCA	25.102	06/12
IENNE	001/2008	25	30	16.03.38	5 anos	2013	Não	IPCA	41.893	06/12
IESul	013/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	2.375	06/12
IESul	016/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	8.406	06/12
IEMadeira	013/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	218.933	06/12
IEMadeira	015/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	184.866	06/12
IEGaranhuns	022/2011	51	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	68.900	09/11 (**)

Notas Explicativas

(*) O contrato de concessão nº 059 da CTEEP subdivide-se em: SE (Serviço Existente) referente às instalações energizadas até 31 de dezembro de 1999; e NI (Novos Investimentos) referente às instalações energizadas a partir de 1º de janeiro de 2000. As informações relativas à revisão tarifária periódica referem-se apenas ao contrato de concessão nº 059 NI.

(**) Conforme contrato de concessão a Receita Anual Permitida (RAP) será reajustada anualmente, após a entrada em operação do empreendimento. A controlada IEMadeira, por ter estimativa de entrada em operação no 4º trimestre de 2012 (lote D) e 2º trimestre de 2013 (lote F), passou a constar da RAP base 06/12, conforme a Resolução Homologatória nº 1.313 (nota 23.4).

Em decorrência da aquisição do controle acionário da CTEEP pela ISA Capital, ocorrida em 28 de junho de 2006, foi celebrado Termo Aditivo ao contrato de concessão 059/2001 - ANEEL da CTEEP, em 29 de janeiro de 2007, de modo a refletir essa realidade do novo controlador. Nesse aditivo, foram mantidas as condições pactuadas inicialmente e agregada cláusula definindo que o ágio pago no leilão, assim como as obrigações especiais e os valores decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, previstos no Edital de Alienação SF/001/2006, não serão considerados pela ANEEL para efeito da avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Ainda em decorrência desse aditivo, a ISA Capital e a ISA comprometem-se a fazer aportes de capital na CTEEP.

Todos os contratos de concessão acima prevêm o direito de indenização sobre os ativos relacionados à concessão no término de sua vigência.

Participação em leilões

(i) Leilão 001/2011

Em 10 de junho de 2011, através do leilão ANEEL nº 001/2011, em sessão pública realizada na BM&FBovespa, a CTEEP constituiu, juntamente com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, o consórcio Extremoz, que arrematou o lote A, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV.

Este projeto tem investimento estimado em R\$622,0 milhões e RAP de R\$31,9 milhões, base junho de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A entrada em operação está prevista para agosto de 2013, e a Companhia está estudando a viabilização do projeto.

2 Apresentação das informações trimestrais

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As informações trimestrais individuais, identificadas como “Controladora”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo.

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Exceto quanto ao resultado do período, a Companhia não possui outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.3 e 3, daquelas demonstrações financeiras, exceto 3.3, no que tange as controladas Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (“IEMG”), que optou pelo regime do Lucro Presumido para apuração de imposto de renda e contribuição social para o exercício de 2012 e a Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (“Serra do Japi”), que em 2011 era considerada em fase pré-operacional para fins fiscais, entrou em operação em 2012 e optou pelo regime do Lucro Presumido.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como volumes de energia, previsões ou estimativas, seguros, dentre outros, não foram revisados pelos auditores independentes.

As informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Plena e Conselho de Administração em 08 e 09 de agosto de 2012, respectivamente.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais da controladora e de suas controladas, incluídas nas informações trimestrais consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A Companhia declara que as informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas descritas na nota 2.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011 permanecem válidas para estas Informações Trimestrais - ITR.

2.4 Procedimentos de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da CTEEP, de suas controladas e de suas controladas em conjunto.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas e controladas em conjunto (*joint venture*) são consolidadas integral e proporcionalmente, respectivamente, a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das informações trimestrais	Participação %	
		30.06.2012	31.12.2011
Controladas			
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	30.06.2012	100	100
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	30.06.2012	100	100
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	30.06.2012	100	100
Controladas em conjunto			
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	30.06.2012	25	25
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESul)	30.06.2012	50	50
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)	30.06.2012	51	51
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)	30.06.2012	51	51

Notas Explicativas

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações trimestrais consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

Não há participação de acionistas não controladores a serem destacados nas informações trimestrais consolidadas.

3 Principais práticas contábeis

A Companhia declara que as informações sobre principais práticas contábeis, permanecem válidas para estas Informações Trimestrais - ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 3 das demonstrações financeiras do exercício de 2011. Para o exercício 2012, a Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("IEMG") optou pelo regime do Lucro Presumido para apuração de imposto de renda e contribuição social e não mais como Lucro Real, como apurado e informado em 2011. A Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi), que em 2011 era considerada em fase pré-operacional para fins fiscais, entrou em operação em 2012 e optou pelo regime do Lucro Presumido.

4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

Conforme mencionado na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras do exercício de 2011, novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às "IFRS" novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas informações trimestrais consolidadas de 30 de junho de 2012 e não tiveram a oportunidade de avaliar possível impacto da adoção dessas alterações.

Não foram emitidos novos pronunciamentos além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2011.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Caixa e bancos	1.043	830	1.290	1.876
Aplicações financeiras (i)	152.196	150.191	209.432	205.419
	153.239	151.021	210.722	207.295

Notas Explicativas

(i) A composição das aplicações financeiras é como segue:

	% do CDI	Controladora		Consolidado	
		30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
CDB	95,0% a 103,0%	24.952	21.047	40.945	50.146
Compromissada (*)	95,0% a 102,2%	127.244	129.144	168.487	155.273
		152.196	150.191	209.432	205.419

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 29 (c).

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

6 Contas a receber (ativo de concessão)

As contas a receber estão compostas como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Contas a receber serviços de construção (a)	4.531.084	4.616.717	6.877.936	6.565.661
Contas a receber serviços de O&M (b)	269.174	240.810	277.644	244.160
	4.800.258	4.857.527	7.155.580	6.809.821
Circulante	1.310.044	1.434.110	1.435.435	1.474.794
Não circulante	3.490.214	3.423.417	5.720.145	5.335.027

- (a) Refere-se ao valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros apurada para cada contrato de concessão.
- (b) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

Esses ativos financeiros estão classificados como empréstimos e recebíveis.

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Com a adoção da Resolução ANEEL 474, a taxa média anual de depreciação dos ativos da Companhia passou de 2,72% para 2,86%. A Companhia, considerando as novas quotas periódicas de depreciação e a luz do IFRIC 12 e OCPC 5, realizou cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão e do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes.

Notas Explicativas

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
A vencer	4.772.030	4.832.256	7.126.493	6.784.301
Vencidos				
até 30 dias	385	1.121	1.084	1.353
de 31 a 60 dias	165	581	176	598
há mais de 61 dias (i)	27.678	23.569	27.827	23.569
	28.228	25.271	29.087	25.520
	4.800.258	4.857.527	7.155.580	6.809.821

(i) Alguns participantes do sistema questionaram judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, são efetivados depósitos judiciais dos valores considerados devidos por estes participantes. A Companhia acredita que os valores faturados estão de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A Companhia não apresenta histórico de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Companhia e, portanto, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do contas a receber é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2011	4.857.527	6.809.821
Receita de construção (nota 23.1)	79.491	441.909
Receita financeira (nota 23.1)	638.466	703.593
Receita de operação e manutenção (nota 23.1)	319.321	325.332
Liquidação	(1.094.547)	(1.125.075)
Saldos em 30.06.2012	4.800.258	7.155.580

7 Valores a receber – Secretaria da Fazenda – controladora e consolidado

			30.06.2012	31.12.2011
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Contrato de reconhecimento e consolidação de obrigações (a)	1.873	-	1.873	12.341
Alienação de imóvel (b)	389	-	389	2.565
Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58 (c)	-	717.114	717.114	658.764
Processos trabalhistas – Lei 4.819/58 (d)	-	181.407	181.407	151.986
Salário-família – Lei 4.819/58 (e)	-	2.218	2.218	2.218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.218)	(2.218)	(2.218)
	2.262	898.521	900.783	825.656

Notas Explicativas

- (a) Em 02 de maio de 2002, foi assinado Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia dos valores correspondentes aos desembolsos originalmente efetuados pela CESP, no período de 1990 a 1999, para pagamento de folhas de complementações de aposentadorias e pensões, decorrentes de benefícios nos termos da Lei Estadual 4.819/58, estando o montante então confessado atualizado até janeiro de 2002, de acordo com a variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, e a partir de fevereiro de 2002, de acordo com a variação mensal do IGP-M, acrescida de 6% ao ano. O ressarcimento dar-se-á em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012. As parcelas foram recebidas conforme previsto em julho de 2012.
- (b) Em 31 de julho de 2002, foi assinado Instrumento Particular de Transação, com promessa de alienação de imóvel, reconhecimento de obrigações e compromisso de pagamento, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia de montante correspondente ao valor de mercado da totalidade da área do imóvel ocupado pelo Estado, utilizado, parcialmente, para a construção de unidades prisionais. O Estado comprometeu-se, portanto, a ressarcir a Companhia do total mencionado em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012. As parcelas foram recebidas conforme previsto em julho de 2012.
- (c) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a junho de 2012 (nota 33). Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado. O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento de decisão na qual a CTEEP repassa os recursos mensalmente à Fundação CESP para pagamento aos aposentados.
- (d) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Companhia, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado.
- (e) A CESP efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à Companhia quando da cisão parcial da CESP. Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, no ativo não circulante, no montante de R\$2.218.

Não houve alterações significativas nos andamentos dos respectivos processos em relação a 31 de dezembro de 2011.

8 Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Imposto de renda retido na fonte	4.641	5.530	8.241	8.517
Contribuição social retido na fonte	804	797	1.007	939
COFINS	863	877	1.086	1.016
PIS	260	275	308	305
Outros	299	361	487	549
	6.867	7.840	11.129	11.326

9 Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora – controladora e consolidado

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Notas Explicativas

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL) de sua incorporadora e Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 22 (c)), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos.

O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$689.435, está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, em parcelas mensais e segundo a projeção de rentabilidade futura e, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

Ano	Amortização - % a.a.		
	Contrato de concessão		
	059/2001	143/2001	Total
2008 a 2012	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031	-	0,25	0,25

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas informações trimestrais, o valor líquido de R\$104.663 (R\$119.079 em 31 de dezembro de 2011), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

A movimentação no trimestre findo em 30 de junho de 2012 é a seguinte:

	Ágio	Provisão	Líquido
Saldos em 31.12.2011	350.234	(231.155)	119.079
Realização no período (nota 26)	(42.400)	27.984	(14.416)
Saldos em 30.06.2012	307.834	(203.171)	104.663

A amortização está registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica outras despesas, líquidas.

10 Cauções e depósitos vinculados – controladora e consolidado

No ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	30.06.2012	31.12.2011
Depósitos judiciais		
Trabalhistas (nota 19 (a) (i))	61.910	52.867
Previdenciárias – INSS (nota 19 (a) (iii))	2.745	2.745
Autuações – ANEEL (a)	6.344	6.076
Outros	198	198
	71.197	61.886

Notas Explicativas

- (a) Referem-se a depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL:
- (i) Depósito efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$3.040, foi requerido em ação anulatória iniciada pela Companhia contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Companhia sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; não cumprir as determinações do “relatório de fiscalização”; e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado.
 - (ii) Depósito efetuado em 29 de agosto de 2008, no valor de R\$2.139, com o objetivo de anular a autuação nº 062/2007 referente ao não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizado pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004.
 - (iii) Depósito efetuado em 17 de setembro de 2008, no valor de R\$544, com o objetivo de anular a autuação nº 001/2008 referente ao não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da linha de transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizada pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005.
 - (iv) Depósito efetuado em 18 de abril de 2011, no valor de R\$353, com o objetivo de anular a autuação nº 022/10 que impôs multa à Companhia devido à fato ocorrido em 01 de abril de 2009, no setor de 88kV da SE Baixada Santista, consistente em um desligamento automático do banco de transformadores devido ao sobreaquecimento provocado pelo sistema de resfriamento da subestação que teria ocorrido por culpa da Companhia.
 - (v) Depósito efetuado em 08 de março de 2012, no valor de R\$268, com o objetivo de anular a autuação nº 054/11, que refere-se ao descumprimento dos índices de indisponibilidade do sistema (função transmissão dos ativos da CTEEP, que ficaram indisponíveis, sem justificativa, por mais de um minuto).

11 Investimentos

(a) Informações sobre investimentos em controladas

	<u>Data-base</u>	<u>Qtde. de ações ordinárias possuídas</u>	<u>Participação no capital integralizado - %</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado do semestre</u>
IEMG	30.06.2012	78.855.292	100,0	78.855	64.047	10.508
	31.12.2011	78.855.292	100,0	78.855	52.319	-
Pinheiros	30.06.2012	217.200.000	100,0	217.200	229.138	1.903
	31.12.2011	206.699.000	100,0	206.700	216.735	-
Serra do Japi	30.06.2012	85.698.000	100,0	85.698	104.298	13.868
	31.12.2011	75.448.000	100,0	75.448	80.180	-

Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)

A IEMG foi constituída em 13 de dezembro de 2006, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular a linha de transmissão em 500 kV Neves 1 – Mesquita (Minas Gerais), totalizando 172 km (Contrato de concessão nº 004/2007 – nota 1.2).

Em 2009, a IEMG recebeu autorização para operar comercialmente.

Em correspondência datada de 06 de agosto de 2010, a Cymi Holding S.A. notificou à CTEEP sua intenção em alienar, a um terceiro, pelo preço de R\$14.531 mil, sua participação correspondente a 40% do capital social da IEMG. Em reunião do Conselho de Administração da CTEEP realizada em 06 de setembro de 2010, foi aprovado o exercício do direito de preferência na compra de 40% das ações do capital social da IEMG detidos pela Cymi Holding S.A., nos termos e condições da oferta feita por terceiro.

Notas Explicativas

Após o cumprimento de todas as condições suspensivas, em 03 de fevereiro de 2011, a CTEEP pagou, à vista, pela aquisição da participação na IEMG o valor de R\$15.283, correspondente ao preço ofertado atualizado monetariamente, apurando uma perda de R\$28.490, conforme divulgado na nota explicativa 11 (a), nas demonstrações financeiras do exercício de 2011. Como resultado dessa operação o saldo do investimento da Companhia na IEMG na data da transação passou a ser o valor justo, ou seja, R\$38.206, diferenciando-se do valor contábil do patrimônio líquido da IEMG.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)

A Pinheiros foi constituída em 22 de julho de 2008, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 e Lote K do Leilão nº 004/2011 da ANEEL:

Lote	Composição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
E	Linha de transmissão Interlagos – Piratininga II (SP)	345	012/2008
	Subestação Piratininga II (SP)	345/138/88	
H	Subestações Mirassol II, Getulina e Araras (SP)	440/138	015/2008
K	Subestação Atibaia II (SP)	345/138	018/2009
K	Subestação Itapeti (SP)	345/88	021/2011

O projeto dos lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 tem investimento estimado em R\$363,3 milhões e RAP de R\$30,6 milhões (nota 1.2). A subestação de Araras entrou em operação em 05 de setembro de 2010. A subestação Getulina entrou em operação em 10 de março de 2011, a subestação de Mirassol entrou em operação em 17 de abril de 2011. A subestação Piratininga II entrou em operação em 26 de dezembro de 2011. A subestação Atibaia II possui estimativa de entrada em operação prevista para o 3º trimestre de 2012.

O projeto do lote K do leilão 004/2011, tem investimento estimado em R\$43,4 milhões e RAP de R\$4,4 milhões. A entrada em operação está prevista para agosto de 2013.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)

A Serra do Japi foi constituída em 01 de julho de 2009, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as subestações Jandira e Salto arrematadas no Lote I do Leilão nº 001/2009 da ANEEL (Contrato de concessão nº 026/2009 – nota 1.2).

Em 2012, a Serra do Japi iniciou sua operação comercial (subestação Salto em janeiro de 2012 e subestação Jandira em fevereiro de 2012).

Notas Explicativas

(b) Informações sobre investimentos em controladas em conjunto

	<u>Data-base</u>	<u>Qtde. de ações ordinárias possuídas</u>	<u>Participação no capital integralizado - % (i)</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado do semestre</u>
IENNE	30.06.2012	81.821.000	25,0	327.284	365.399	(3.530)
	31.12.2011	81.554.000	25,0	326.214	367.859	-
IESul	30.06.2012	68.453.499	50,0	136.907	146.893	3.169
	31.12.2011	60.303.999	50,0	120.607	127.424	-
IEMadeira	30.06.2012	395.760.000	51,0	776.000	885.840	49.480
	31.12.2011	346.800.000	51,0	680.000	740.360	-
IEGaranhuns	30.06.2012	8.670.510	51,0	17.001	17.124	123
	31.12.2011	1.020.000	51,0	2.000	2.000	-

(i) O controle compartilhado destas controladas é previsto em acordo de acionistas.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)

A IENNE foi constituída em 03 de dezembro de 2007 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão Colinas (Tocantins) – Ribeiro Gonçalves (Piauí) e Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí (Piauí), ambas em 500 kV, totalizando 720 km (Contrato de concessão nº 001/2008 – nota 1.2).

Em 2011, a IENNE recebeu autorização e iniciou a sua operação comercialmente.

Interligação Elétrica Sul S.A. (IESul)

A IESul foi constituída em 23 de julho de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes F e I do Leilão nº 004/2008 da ANEEL:

<u>Lote</u>	<u>Composição</u>	<u>Tensão (kV)</u>	<u>Contrato de concessão (nota 1.2)</u>
F	Linha de transmissão Nova Santa Rita – Scharlau (RS)	230	013/2008
	Subestação Scharlau (RS)	230/138	
I	Linha de transmissão Joinville Norte (SC) – Curitiba C2 (PR)	230	016/2008
	Linha de transmissão Jorge Lacerda B – Siderópolis C3 (SC)	230	
	Subestação Forquilha (SC)	230/69	

Esse projeto tem investimento estimado em R\$200,1 milhões e RAP de R\$10,8 milhões (nota 1.2). A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010. A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis possui estimativa de entrada em operação prevista para o 3º trimestre de 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 2º trimestre de 2013.

Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)

A IEMadeira foi constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos

Notas Explicativas

Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL:

Lote	Descrição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
D	Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, nº 01, Em CC, 2375 Km	500/600	013/2009
F	Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW	500/600	015/2009

Esse projeto tem investimento estimado em R\$3.363,0 milhões e RAP de R\$403,8 milhões (nota 1.2). A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para ocorrer no 4º trimestre de 2012 (lote D) e 2º trimestre de 2013 (lote F).

Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)

A IEGaranhuns foi constituída em 07 de outubro de 2011 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas no Lote L do Leilão nº 004/2011 da ANEEL:

Lote	Descrição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
L	Linha de transmissão Luiz Gonzaga – Garanhuns (AL, PE)	500	022/2011
	Linha de transmissão Garanhuns – Pau Ferro (PE)	500	
	Linha de transmissão Garanhuns – Campina Grande III (PE, PB)	500	
	Linha de transmissão Garanhuns – Angelim I (PE)	500	
	Subestação Garanhuns (PE)	500/230	
	Subestação Pau Ferro (PE)	500	

Este projeto tem investimento estimado em R\$646,5 milhões e RAP de R\$68,9 milhões, base setembro de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A entrada em operação está prevista para agosto de 2014.

(c) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31.12.2011	Integralização de capital	Equivalência Patrimonial	Realização da perda na aquisição de controle	Saldos em 30.06.2012
IEMG	52.319	-	10.508	1.220	64.047
Pinheiros	216.735	10.500	1.903	-	229.138
Serra do Japi	80.180	10.250	13.868	-	104.298
IENNE	91.965	268	(883)	-	91.350
IESul	63.712	8.150	1.585	-	73.447
IEMadeira	377.584	48.960	25.234	-	451.778
IEGaranhuns	1.020	7.650	63	-	8.733
	883.515	85.778	52.278	1.220	1.022.791

(d) Aquisição da empresa Evrecy Participações Ltda. (“Evrecy”).

Em 28 de maio de 2012, foi assinado contrato de compra e venda de cotas e outras avenças entre a Companhia e a EDP Energias do Brasil S.A. para aquisição de 100% das ações do capital social da Evrecy Participações Ltda. (“Evrecy”).

Notas Explicativas

A Evrecy é uma empresa prestadora de serviços de transmissão de energia elétrica, cuja origem se deu a partir da cisão de ativos de geração e transmissão da Espírito Santo Centrais Elétricas – Escelsa em 2005, sendo detentora de 154 km de linhas de transmissão e de uma subestação, entre os estados de Espírito Santo e Minas Gerais. A receita anual prevista é de R\$9,4 milhões. O vencimento do contrato de concessão é em 17 de julho de 2025.

A Companhia pagará pela aquisição o valor de R\$58,4 milhões. Em 28 de maio de 2012 a Companhia efetuou a título de adiantamento o montante de R\$5.804 à EDP Energias do Brasil S.A., classificado à rubrica outros ativos circulantes no balanço patrimonial. Caso não se cumpram quaisquer das condições previstas no contrato de compra e venda de quotas, o adiantamento será devolvido à Companhia, corrigido pela taxa DI.

A conclusão da operação e efetiva aquisição das ações estará sujeita a aprovação pelos Órgãos da Administração de ambas as companhias, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, se aplicável. Desta forma, a Companhia ainda não procedeu aos registros contábeis dessa transação à luz do CPC 15 – Combinação de Negócios, que deverá ocorrer apenas após a aprovação dos órgãos reguladores.

12 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	Controladora				
			30.06.2012	31.12.2011	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		-%
Máquinas e equipamentos	10.616	(5.213)	5.403	5.382	16,0%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.148	(3.148)	-	62	20,0%
Móveis e utensílios	2.646	(1.078)	1.568	1.635	10,0%
Veículos	1.536	(894)	642	733	21,0%
Outros	1.429	(254)	1.175	843	4,0%
	19.375	(10.587)	8.788	8.655	
	Consolidado				
			30.06.2012	31.12.2011	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		-%
Máquinas e equipamentos	10.728	(5.254)	5.474	5.436	16,0%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.148	(3.148)	-	62	20,0%
Móveis e utensílios	2.741	(1.105)	1.636	1.710	10,0%
Veículos	1.536	(894)	642	733	21,0%
Outros	1.430	(254)	1.176	843	4,0%
	19.583	(10.655)	8.928	8.784	

Notas Explicativas

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Controladora				
	Saldos em 31.12.2011	Adições	Depreciação (nota 24)	Baixas/Trans- ferências	Saldos em 30.06.2012
Máquinas e equipamentos	5.382	386	(316)	(49)	5.403
Benfeitorias em imóveis de terceiros	62	-	(62)	-	-
Móveis e utensílios	1.635	12	(79)	-	1.568
Veículos	733	-	(91)	-	642
Outros	843	420	(24)	(64)	1.175
	8.655	818	(572)	(113)	8.788
	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2011	Adições	Depreciação (nota 24)	Baixas/Trans- ferências	Saldos em 30.06.2012
Máquinas e equipamentos	5.436	410	(323)	(49)	5.474
Benfeitorias em imóveis de terceiros	62	-	(62)	-	-
Móveis e utensílios	1.710	12	(86)	-	1.636
Veículos	733	-	(91)	-	642
Outros	843	420	(23)	(64)	1.176
	8.784	842	(585)	(113)	8.928

13 Intangível

Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos no projeto de implantação/estruturação do ERP-SAP, com exceção dos gastos de treinamento que foram registrados no resultado. O projeto que teve início em abril de 2008 e conclusão em fevereiro de 2009, está sendo amortizado, linearmente, no prazo de 5 anos.

A movimentação do intangível, é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2011	8.946	8.998
Adições	183	204
Amortização (nota 24)	(1.707)	(1.707)
Saldo em 30.06.2012	7.422	7.495

Notas Explicativas

14 Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Moeda nacional	Encargos	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
			30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
BNDES (a) (i)	2,3% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	281.409	328.318	281.409	328.318
BNDES (a) (ii)	1,8% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	168.894	196.251	168.894	196.251
BNDES (a) (iii)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.04.2023	-	-	55.077	57.631
BNDES (a) (iv)	2,8% a.a. acima da TJLP	15.01.2013	-	-	235.052	229.947
BNDES (a) (v)	2,8% a.a. acima da TJLP	15.01.2013	-	-	144.468	71.890
BNDES (a) (vi)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.05.2025	-	-	5.062	5.328
BNDES (a) (vi)	5,5% a.a.	15.01.2021	-	-	4.982	4.240
BNDES (a) (vii)	2,6% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	-	-	49.646	49.562
BNDES (a) (vii)	5,5% a.a.	15.01.2021	-	-	78.035	75.872
BNDES (a) (viii)	1,9% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	-	-	51.609	48.282
BNDES (a) (viii)	1,5% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	-	-	44.726	42.217
Notas Promissórias						
4ª emissão (b) (i)	CDI + 0,4% a.a.	12.01.2012	-	223.048	-	223.048
5ª emissão (b) (ii)	CDI + 0,4% a.a.	05.07.2012	332.115	316.885	332.115	316.885
6ª emissão (b) (iii)	104,9% CDI a.a.	05.01.2013	417.886	-	417.886	-
2ª emissão - IEMadeira (b) (iv)	106,5% CDI a.a.	24.10.2012	-	-	150.260	-
Banco Bradesco (d)	CDI + 2,0% a.a.	-	-	-	4.510	4.365
Banco do Nordeste (e)	10,0% a.a.	19.05.2030	-	-	55.069	55.898
Eletrobras	8,0% a.a.	15.11.2021	366	391	366	391
Arrendamentos mercantis financeiros			467	619	467	619
Total em moeda nacional			1.201.137	1.065.512	2.079.633	1.710.744
Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)						
CCB Internacional - Banco IBBA (c) (i)	Variação US\$ + 4% a.a.	26.04.2013	131.620	122.077	131.620	122.077
Commercial Paper - Banco JP Morgan (c) (ii)	Variação US\$ + 2,1% a.a.	21.10.2013	173.211	159.116	173.211	159.116
Total em moeda estrangeira			304.831	281.193	304.831	281.193
Total em moeda nacional e estrangeira			1.505.968	1.346.705	2.384.464	1.991.937
Circulante			1.034.284	693.472	1.603.290	1.007.673
Não circulante			471.684	653.233	781.174	984.264

(a) BNDES

(i) Em 17 de setembro de 2007, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$764,2 milhões, reduzido para R\$601,7 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008, com amortização a partir de janeiro de 2009 em 78 parcelas mensais. Como garantia, a Companhia ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, junto aos bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA = 3,5 e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) = 0,6.

(ii) Em 18 de novembro de 2008, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$329,1 milhões, com amortização a partir de janeiro de 2011 em 54 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Como garantia, a Companhia ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2015 junto ao banco Bradesco S.A., ao custo de 1,2% a.a., com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida líquida/EBITDA = 3,5 e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) = 0,6.

Notas Explicativas

- (iii) Em 14 de janeiro de 2009, a controlada IEMG assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$70,6 milhões, cujo valor foi liberado em 27 de março de 2009. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 50,0% da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves 1 e Mesquita, com amortização a partir de 15 de maio 2009, em 168 parcelas mensais. A fiança bancária foi dispensada pelo BNDES em 15 de março de 2011. A IEMG deverá manter, durante todo o período de amortização, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (iv) Em 11 de agosto de 2010, a controlada IEMadeira assinou contrato de empréstimo de curto prazo com o BNDES, nos valores de R\$292,6 e R\$108,7 milhões. Foram liberados R\$163,0, R\$110,0, R\$37,7, R\$36,7, R\$40,0 e R\$13,9 milhões em 30 de agosto, 26 de outubro, 24 de novembro e 27 de dezembro de 2010, 27 de junho e 14 de dezembro de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização, em parcela única juntamente com os encargos, foi prorrogada de 15 de janeiro de 2012 para 15 de julho de 2012. Em 04 de julho de 2012 o contrato foi novamente aditivado estendendo-se o vencimento para 15 de janeiro de 2013 (nota 34). Como garantia foi oferecida fiança bancária, junto aos bancos Itaú BBA, Bradesco e Santander, ao custo de 0,7% a.a.
- (v) Em 14 de dezembro de 2011, a controlada IEMadeira assinou contrato de empréstimo de curto prazo com o BNDES, no valor de R\$280,0 milhões. Foram liberados R\$140,8, R\$101,0, R\$36,4 e R\$1,8 milhões em 29 de dezembro de 2011, 27 de janeiro, 27 de março e 15 de maio de 2012, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização em parcela única juntamente com os encargos foi prorrogada de 15 de julho de 2012 para 15 de janeiro de 2013 (nota 34). Como garantia foi oferecida fiança bancária junto ao Banco Itaú BBA e Bradesco, ao custo de 0,3% a.a.
- (vi) Em 21 de dezembro de 2010, a controlada IESul assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$18,1 milhões, cujo valor foi liberado em 24 de fevereiro de 2011. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 21 de dezembro de 2012, junto ao Banco do Brasil, ao custo de 0,95% a.a., com vencimentos semestrais. A IESul deverá manter durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (vii) Em 30 de dezembro de 2010, a controlada Pinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$119,9 milhões. Foram liberados R\$91,3 milhões e R\$28,6 milhões em 28 de janeiro e 27 de abril de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 17 de janeiro de 2013, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,48% a.a., com vencimentos trimestrais. A Pinheiros deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (viii) Em 28 de outubro de 2011, a controlada Serra do Japi assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$93,3 milhões. Foram liberados R\$75,0, R\$15,0 e R\$3,3 milhões em 18 de novembro e 12 de dezembro de 2011 e 27 de fevereiro de 2012, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão. A amortização será em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 28 de fevereiro de 2014, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,65% a.a. com vencimentos trimestrais. A Serra do Japi deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 apurado anualmente.

(b) Notas promissórias

- (i) Em 11 de janeiro de 2012 foi liquidada a 4ª emissão de notas promissórias.

Notas Explicativas

- (ii) 5ª Emissão - emitidas em 11 de julho de 2011, no montante de R\$300,0 milhões e com vencimento em 05 de julho de 2012 (nota 34). Os encargos nominais correspondem ao CDI + 0,48% a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$190 e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.
- (iii) 6ª Emissão - emitidas em 11 de janeiro de 2012, no montante de R\$400,0 milhões e com vencimento em 05 de janeiro de 2013. Os encargos nominais correspondem ao 104,9% do CDI a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$479 e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.
- (iv) 2ª Emissão - IEMadeira - em 27 de abril de 2012, a controlada IEMadeira emitiu notas promissórias no montante de R\$290,0 milhões e com vencimento em 24 de outubro de 2012. Os encargos nominais correspondem ao 106,5% do CDI a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$247 e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.
- (c) Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (*Hedge*)
- (i) Em 20 de abril de 2011, a CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, no valor de USD 63.694.267,52 com a remuneração de variação cambial (VC) + 4% a.a. Adicionalmente houve a contratação de instrumento de *Swap* com o Banco Itaú BBA com o *Notional* de R\$100,0 milhões e o fator de correção a 103,50% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 29. A operação tem o vencimento final em 26 de abril de 2013. O banco Itaú BBA possui como garantia, os direitos creditórios decorrentes de eventual saldo do ajuste positivo da operação de *Swap*.
- (ii) Em 17 de outubro de 2011, foi assinado o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, no valor de USD 85.787.818,13 com vencimento em 21 de outubro de 2013 e remuneração de variação cambial (VC) + 2,1% a.a. Adicionalmente houve a contratação de *Swap* com o Banco JP Morgan e *Notional* no valor de R\$150,0 milhões e o fator de correção a 98,3% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 29.
- (d) Conta garantida com limite de R\$20,0 milhões da controlada IENNE junto ao Banco Bradesco S.A. Os encargos nominais correspondem ao CDI + 2,0% a.a.
- (e) Em 19 de maio de 2010, a controlada IENNE assinou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$220,0 milhões, cujo valor foi liberado nas datas de 20 e 30 de julho, 03 de setembro e 11 de outubro de 2010. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 40% da linha de transmissão, entre as subestações de Colinas do Tocantins a São João do Piauí. A amortização é feita em 216 parcelas mensais, sendo que a primeira parcela foi paga em junho de 2012, com o início da amortização, os encargos são pagos mensalmente. Será aplicado bônus de adimplência de 25% à parcela de crédito aplicada no semi-árido e bônus de adimplência de 15% à parcela fora do semi-árido, desde que, as prestações de juros ou principal e juros sejam pagas até as datas dos respectivos vencimentos estipulados em contrato. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 01 de junho de 2013, junto ao Banco do Brasil, ao custo de 0,4% a.a., com pagamentos trimestrais.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
2013	247.898	429.482	288.632	451.771
2014	149.076	149.036	190.748	172.425
2015	74.519	74.521	115.174	98.201
2016	42	43	39.558	23.975
2017	42	42	38.430	24.215
Após 2017	107	109	108.632	213.677
	471.684	653.233	781.174	984.264

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2011	1.346.705	1.991.937
Adições	400.000	622.251
Pagamentos (principal e juros)	(325.688)	(345.836)
Juros e variações monetárias e cambiais	84.951	116.112
Saldos em 30.06.2012	1.505.968	2.384.464

15 Debêntures

	Vencimento	Quan- tidade	Encargos	Controladora		Consolidado	
				30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
1ª série	15.12.2014	49.100	CDI + 1,3% a.a.	490.249	490.736	490.249	490.736
2ª série	15.12.2017	5.760	IPCA + 8,1% a.a.	66.348	67.117	66.348	67.117
Série única IEMadeira	15.09.2012	420	106,5 % do CDI a.a.	-	-	229.420	221.608
				556.597	557.853	786.017	779.461
Circulante				164.927	168.217	394.347	389.825
Não circulante				391.670	389.636	391.670	389.636

Em dezembro de 2009, a CTEEP emitiu 54.860 debêntures no montante total de R\$548,6 milhões, com entrada do recurso em janeiro de 2010. A 1ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração será paga semestralmente, nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

A 2ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração será paga nas seguintes datas: 15 de junho de 2012, de 2013, de 2014 e 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017.

Notas Explicativas

Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA = 3,5 e EBITDA/Resultado financeiro = 3,0.

Em setembro de 2011, a IEMadeira emitiu 420 debêntures no montante total de R\$420,0 milhões, com entrada do recurso de 400 debêntures em 15 de setembro de 2011 e 20 debêntures em 03 de outubro de 2011. Estas debêntures estão previstas para serem resgatadas em sua totalidade com recursos provenientes da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
2013	163.432	163.204	163.432	163.204
2014	178.407	177.939	178.407	177.939
2015	16.609	16.164	16.609	16.164
2016	16.609	16.163	16.609	16.163
2017	16.613	16.166	16.613	16.166
	391.670	389.636	391.670	389.636

A movimentação das debêntures é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2011	557.853	779.461
Pagamentos (principal e juros)	(32.037)	(35.165)
Juros e variações monetárias e cambiais	30.781	41.721
Saldos em 30.06.2012	556.597	786.017

16 Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Imposto de renda	42.035	38.249	42.465	38.391
Contribuição social	15.379	13.924	15.552	13.983
COFINS	8.184	7.678	8.832	7.976
PIS	1.775	1.665	1.915	1.730
Programa bolsa estudos	514	864	514	864
INSS	4.600	6.430	5.753	7.524
ISS	2.510	2.790	4.258	3.421
Outros	6.321	5.871	6.888	6.384
	81.318	77.471	86.177	80.273

Notas Explicativas

17 Impostos parcelados – Lei nº 11.941 – controladora e consolidado

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Companhia retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito referente, substancialmente, às contribuições ao PIS e à COFINS. Para a quitação do débito a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$141.162 à vista, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$42.257. O saldo remanescente será pago em 180 meses a partir de novembro de 2009.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia consolidou os débitos tributários perante a Receita Federal e optou pelo parcelamento em 180 meses para cálculo das parcelas a serem pagas a partir de 30 de junho de 2011. Do total de parcelas foram deduzidas as antecipações feitas no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011 e que representavam 19 parcelas já pagas. Após as deduções das antecipações foram geradas 161 parcelas para serem pagas a partir de 30 de junho 2011, no montante de R\$975, sujeitas a atualização monetária com base na SELIC acumulada contado a partir de dezembro de 2009.

Em virtude da opção de pagamento em 180 meses a Companhia gerou uma receita de redução de multa e juros no valor de R\$21.013 sobre o valor total devido, reconhecido no resultado financeiro. Esta receita para fins de imposto de renda e contribuição social não integra o resultado tributável da empresa conforme Lei 11.941/09.

A movimentação no semestre findo em 30 de junho de 2012 é a seguinte:

Saldo em 31.12.2011	157.509
Atualização monetária sobre o débito	6.166
Pagamentos efetuados	(6.284)
Saldo em 30.06.2012	157.391
Circulante	12.761
Não circulante	144.630

18 Encargos regulatórios a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	55.508	50.086	55.934	50.364
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.682	1.834	3.682	1.834
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	5.202	2.592	5.202	2.592
Reserva Global de Reversão – RGR	4.050	4.050	5.276	4.917
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	2.295	1.269	2.295	1.269
Taxa de fiscalização – ANEEL	-	-	307	182
	70.737	59.831	72.696	61.158
Circulante	36.097	27.497	38.056	28.824
Não circulante	34.640	32.334	34.640	32.334

Notas Explicativas

(i) A Companhia e suas controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Os saldos dos projetos serão liquidados quando da finalização de cada projeto.

19 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Férias e encargos sociais	16.573	17.405	17.309	17.840
Participação nos Lucros e Resultados – PLR	3.999	5.419	3.999	5.419
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	1	6	1	6
Contingências (a)	101.132	101.832	101.163	101.844
	121.705	124.662	122.472	125.109
Circulante	20.573	22.830	21.340	23.277
Não circulante	101.132	101.832	101.132	101.832

(a) Provisão para contingências

Trimestralmente, as contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Trabalhistas (i)	88.840	87.795	88.871	87.807
Cíveis	4.582	3.347	4.582	3.347
Fiscais – IPTU (ii)	6.200	7.608	6.200	7.608
Previdenciárias – INSS (iii)	1.510	1.439	1.510	1.439
ANEEL (iv)	-	1.643	-	1.643
	101.132	101.832	101.163	101.844

(i) Trabalhistas

A Companhia assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE. A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$61.910 (R\$52.867 em 31 de dezembro de 2011), conforme nota 10.

(ii) Fiscais - IPTU

A Companhia efetua provisão para fazer face aos débitos junto à prefeitura de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas, no montante de R\$6.200.

Notas Explicativas

(iii) Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta-básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração iniciou procedimento de defesa efetuando depósito judicial no montante de R\$8.243, contabilizado no ativo não circulante, na rubrica "Cauções e depósitos vinculados".

Em janeiro de 2010, transitou em julgado decisão desfavorável à Companhia nos processos relacionados à vale-refeição, lanche matinal e parte da cesta básica, permanecendo os demais em andamento. Conseqüentemente, a parcela correspondente aos valores depositados judicialmente, no montante de R\$5.498, foram revertidos à União e baixados contra o resultado, sob a rubrica despesas gerais administrativas, considerando que não havia sido constituída provisão para essa contingência (nota 10).

(iv) ANEEL

A Companhia mantinha provisão referente aos processos decorrentes dos autos de infração da ANEEL. Tendo em vista a mudança da avaliação do prognóstico de perda provável para remota para referidos processos, conforme avaliação de seus consultores jurídicos, a provisão foi revertida à rubrica contingências no resultado.

(v) Processos com perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, no montante estimado de R\$111.334 (R\$119.512 em 31 de dezembro de 2011), concentradas principalmente em trabalhistas, que em 30 de junho de 2012 totaliza R\$70.199 (R\$65.736 em 31 de dezembro de 2011) para as quais não constitui provisão.

(vi) Movimentação das provisões para contingências:

	Controladora					
	Trabalhista	Cível	Fiscais - IPTU	Previdenciárias - INSS	ANEEL	Total
Saldos em 31.12.2011	87.795	3.347	7.608	1.439	1.643	101.832
Constituição	3.355	2.293	-	-	-	5.648
Reversão/pagamento	(2.665)	(1.141)	(1.662)	-	(1.698)	(7.166)
Atualização	355	83	254	71	55	818
Saldos em 30.06.2012	88.840	4.582	6.200	1.510	-	101.132
	Consolidado					
	Trabalhista	Cível	Fiscais - IPTU	Previdenciárias - INSS	ANEEL	Total
Saldos em 31.12.2011	87.807	3.347	7.608	1.439	1.643	101.844
Constituição	3.374	2.293	-	-	-	5.667
Reversão/pagamento	(2.665)	(1.141)	(1.662)	-	(1.698)	(7.166)
Atualização	355	83	254	71	55	818
Saldos em 30.06.2012	88.871	4.582	6.200	1.510	-	101.163

20 Valores a pagar – Fundação CESP - controladora e consolidado

A Companhia patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos junto à Fundação CESP, que apresenta saldo de R\$6.236 em 30 de junho de 2012 (R\$6.244 em 31 de dezembro de 2011), referente às parcelas mensais a pagar como contribuição ao fundo.

Notas Explicativas

(a) Plano “A” - complementação de aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Companhia (nota 33).

(b) Plano “B” e “B1” - suplementação de aposentadorias

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Companhia.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Companhia, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida - CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida - CD torna-se de Benefício Definido - BD.

(c) Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Companhia, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

Durante o trimestre não houve variação significativa no número de participantes dos planos e nas premissas utilizadas pela Companhia em relação ao informado na nota 20 (d), nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

21 Obrigações especiais

Referem-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, a Companhia paga 5% sobre o valor da Reserva, à título de juros. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

22 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$1.469.090, sendo R\$615.696 em ações ordinárias e R\$853.394 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$1.162.626 e está representado por ações ordinárias e preferenciais, como segue:

Notas Explicativas

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$ mil</u>
ON	64.484.433	491.095
PN	88.177.132	671.531
	<u>152.661.565</u>	<u>1.162.626</u>

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembléias gerais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos de 10% ao ano, não-cumulativos, calculados sobre o capital integralizado correspondente a essa espécie de ações.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2012, o Conselho de Administração deliberou sobre o pagamento, em 30 de abril de 2012, de dividendos referentes ao lucro de 2011, no montante de R\$31.349, correspondentes a R\$0,205349 por ação, respectivamente.

Em 2012, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários como segue:

<u>Data RCA</u>	<u>Juros sobre capital próprio</u>		<u>Dividendos intermediários</u>		<u>Pagamento</u>
	<u>Total</u>	<u>Por ação</u>	<u>Total</u>	<u>Por ação</u>	
29.03.2012	63.950	0,418900	50.332	0,329695	30.04.2012
29.06.2012	63.950	0,418900	97.050	0,635721	27.07.2012
	<u>127.900</u>	<u>0,837800</u>	<u>147.382</u>	<u>0,965416</u>	

O total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos até 30 de junho de 2012 é de R\$370.037 (R\$433.814 até 30.06.2011).

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar para partes relacionadas é de R\$60.828 (nota 28) e R\$107.041 para os demais acionistas.

O estatuto social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 10% do capital social, correspondente a R\$116.263, sempre que houver saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

(c) Reservas de capital

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Subvenções para investimento – CRC (i)	1.264.084	1.264.084
Remuneração das imobilizações em curso (ii)	633.053	633.053
Doações e subvenções para investimentos	150.489	150.489
Incentivos fiscais - FINAM	6.743	6.743
Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 9)	147.912	147.912
	<u>2.202.281</u>	<u>2.202.281</u>

(i) Subvenções para investimentos - CRC

A Conta de Resultados a Compensar (CRC) foi instituída pelo Decreto nº 41.019/1957 e pela Lei nº 5.655/1971 para remunerar as concessionárias de energia elétrica por certos investimentos por ela realizados. A Lei nº 8.631/1993 extinguiu a CRC e, posteriormente, a Lei nº 8.724/1993 estabeleceu que os créditos de CRC, fossem registrados no patrimônio líquido como subvenção para investimento à conta de “Reserva de Capital”.

Notas Explicativas

Conforme facultado pelo CPC nº13, a Companhia optou por manter o saldo existente em 31 de dezembro de 2007 referente à CRC, bem como as demais doações e subvenções para investimentos registrados como reserva de capital no patrimônio líquido, até sua total utilização nas formas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Remuneração das imobilizações em curso

Trata-se de créditos resultantes da capitalização da remuneração calculada sobre os recursos de capital próprio utilizados durante a construção de ativos imobilizados, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de 1999, a Companhia abandonou essa prática, conforme facultado pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

(d) Reservas de lucro

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Reserva legal (i)	232.525	232.525
Reserva estatutária (ii)	116.263	116.263
Reserva de lucros a realizar (iii)	29.808	31.076
Reserva de retenção de lucros (iv)	762.648	762.648
	<u>1.141.244</u>	<u>1.142.512</u>
Dividendos adicionais propostos	-	31.349
	<u><u>1.141.244</u></u>	<u><u>1.173.861</u></u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 30 de junho de 2012, a reserva legal já representa 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária

O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição de reserva para investimento na expansão das atividades à taxa de 20% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, até o limite de 10% do capital social. Em 30 de junho de 2012, a reserva estatutária já representa 10% do capital social.

(iii) Reserva de lucros a realizar

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária líquida de balanço até 1995.

Essa reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta de “Lucros acumulados” mensalmente.

(iv) Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a parcela remanescente do lucro líquido das distribuições e demais destinações estatutárias foram destinadas a esta reserva para fazer jus ao atendimento ao orçamento de capital, bem como para o capital de giro da Companhia.

(e) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

Notas Explicativas

Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor do acionista controlador, a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação em 30 de junho de 2012.

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, a medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da sua controladora, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 30 de junho de 2012, as condições para emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio foram atendidas.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Semestre findo em</u>	
	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>
Lucro básico e diluído por ação				
Lucro líquido – R\$ mil	<u>201.173</u>	<u>200.505</u>	<u>406.277</u>	<u>406.349</u>
Média ponderada de ações				
Ordinárias	<u>64.484.433</u>	<u>63.860.513</u>	<u>64.484.433</u>	<u>63.860.513</u>
Preferenciais	<u>88.177.132</u>	<u>87.968.467</u>	<u>88.177.132</u>	<u>87.968.467</u>
	<u>152.661.565</u>	<u>151.828.980</u>	<u>152.661.565</u>	<u>151.828.980</u>
Média ponderada ajustada de ações				
Ordinárias	<u>66.732.954</u>	<u>66.900.350</u>	<u>66.880.426</u>	<u>66.851.663</u>
Preferenciais	<u>88.177.132</u>	<u>87.968.467</u>	<u>88.177.132</u>	<u>87.968.467</u>
	<u>154.910.086</u>	<u>154.868.817</u>	<u>155.057.558</u>	<u>154.820.130</u>
Lucro básico por ação	<u>1,31777</u>	<u>1,32060</u>	<u>2,66129</u>	<u>2,67636</u>
Lucro diluído por ação	<u>1,29864</u>	<u>1,29468</u>	<u>2,62017</u>	<u>2,62465</u>

Notas Explicativas**23 Receita operacional líquida****23.1 Composição da receita operacional líquida**

	Controladora			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Receita bruta				
Construção (a) (nota 6)	41.142	97.593	79.491	159.526
Operação e Manutenção (a) (nota 6)	162.652	136.977	319.321	284.679
Financeira (b) (nota 6)	324.317	310.612	638.466	628.008
Aluguéis	3.424	3.264	7.022	6.564
Prestação de serviços	1.132	688	2.843	1.591
Total da receita bruta	532.667	549.134	1.047.143	1.080.368
Tributos sobre a receita				
COFINS	(21.898)	(26.028)	(42.080)	(49.530)
PIS	(4.748)	(5.446)	(9.124)	(10.544)
ISS	(56)	(35)	(141)	(80)
	(26.702)	(31.509)	(51.345)	(60.154)
Encargos regulatórios				
Conta de Consumo de Combustível – CCC	(16.110)	(10.243)	(30.302)	(22.893)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(11.404)	(6.161)	(21.448)	(13.777)
Reserva Global de Reversão – RGR	(13.656)	(12.713)	(27.312)	(25.426)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(4.848)	(4.299)	(9.686)	(8.710)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(5.966)	(2.971)	(10.440)	(6.349)
	(51.984)	(36.387)	(99.188)	(77.155)
	453.981	481.238	896.610	943.059

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Receita bruta				
Construção (a) (nota 6)	228.480	298.657	441.909	505.075
Operação e Manutenção (a) (nota 6)	167.672	137.990	325.332	286.683
Financeira (b) (nota 6)	357.841	339.883	703.593	672.072
Aluguéis	3.424	3.264	7.022	6.564
Prestação de serviços	1.132	688	2.843	1.591
Total da receita bruta	758.549	780.482	1.480.699	1.471.985
Tributos sobre a receita				
COFINS	(38.113)	(43.583)	(57.069)	(79.265)
PIS	(8.268)	(9.258)	(12.378)	(17.001)
ISS	(56)	(35)	(141)	(80)
	(46.437)	(52.876)	(69.588)	(96.346)
Encargos regulatórios				
Conta de Consumo de Combustível – CCC	(16.110)	(10.243)	(30.302)	(22.893)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(11.404)	(6.161)	(21.448)	(13.777)
Reserva Global de Reversão – RGR	(14.177)	(13.112)	(28.151)	(25.980)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(5.031)	(4.384)	(9.968)	(8.864)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(5.966)	(2.971)	(10.440)	(6.349)
	(52.688)	(36.871)	(100.309)	(77.863)
	659.424	690.735	1.310.802	1.297.776

(a) Serviços de Construção e Operação e Manutenção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

23.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, por intermédio da ANEEL, a cada quatro e cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária. A receita associada ao contrato de concessão nº 143/2001, cuja periodicidade de revisão tarifária é de a cada cinco anos, não está sujeita a esta revisão.

Notas Explicativas

A revisão compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória para RBNI;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A última revisão tarifária ocorreu em 2010, conforme divulgado na nota explicativa 23.2, nas demonstrações financeiras do exercício de 2011.

23.3 Parcela Variável – PV e Adicional à RAP

A Resolução Normativa n.º 270 de 9 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável – PV e o Adicional à RAP. A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras em função da indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O Adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

23.4 Reajuste anual da receita

Em 26 de junho de 2012, foi publicada a Resolução Homologatória n.º 1.313, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2012 a 30 de junho de 2013.

De acordo com a citada Resolução, a RAP da CTEEP, que era de R\$2.008.277 em 01 de julho de 2011, passou para R\$2.129.886 em 01 de julho de 2012, apresentando um incremento de R\$121.609, equivalente a 6,1%. A RAP da Companhia em conjunto com suas controladas, que era de R\$2.120.592 em 01 de julho de 2011, passou para R\$2.655.609 em 01 de julho de 2012, apresentando um incremento de R\$535.017, equivalente a 25,2%, em consequência da inclusão da RAP da controlada IEMadeira com estimativa de entrada em operação no 4º trimestre de 2012 (lote D) e 2º trimestre de 2013 (lote F).

A RAP da Companhia a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2012 até 30 de junho de 2013 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2012:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
59/2001	1.294.492	350.847	-	(44.133)	374.685	128.404	9.657	2.113.952
143/2001	-	-	16.604	(670)	-	-	-	15.934
	1.294.492	350.847	16.604	(44.803)	374.685	128.404	9.657	2.129.886

Notas Explicativas

A RAP da Companhia e suas controladas a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2012 até 30 de junho de 2013 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2012:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT				Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	
59/2001	1.294.492	350.847	-	(44.133)	374.685	128.404	-	9.657	2.113.952
143/2001	-	-	16.604	(670)	-	-	-	-	15.934
004/2007	-	-	14.161	(594)	-	-	-	-	13.567
012/2008	-	-	6.739	418	-	-	1.016	-	8.173
015/2008	-	3.671	12.800	1.259	-	1.032	314	-	19.076
018/2008	-	-	3.292	-	-	-	40	-	3.332
026/2009	-	-	21.554	(1.355)	-	-	4.903	-	25.102
001/2008	-	-	38.253	3.640	-	-	-	-	41.893
013/2008	-	-	4.669	(2.294)	-	-	-	-	2.375
016/2008	-	-	8.216	-	-	-	190	-	8.406
013/2009	-	-	218.933	-	-	-	-	-	218.933
015/2009	-	-	184.866	-	-	-	-	-	184.866
	<u>1.294.492</u>	<u>354.518</u>	<u>530.087</u>	<u>(43.729)</u>	<u>374.685</u>	<u>129.436</u>	<u>6.463</u>	<u>9.657</u>	<u>2.655.609</u>

Notas Explicativas**24 Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas****a) Controladora**

	Trimestre findo em			
			30.06.2012	30.06.2011
	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Pessoal	(46.587)	(11.165)	(57.752)	(49.180)
Serviços	(47.587)	(9.603)	(57.190)	(52.576)
Depreciação (notas 12 e 13)	-	(1.018)	(1.018)	(1.631)
Materiais	(20.796)	(254)	(21.050)	(55.076)
Arrendamentos e aluguéis	(2.145)	(1.415)	(3.560)	(3.543)
Contingências	-	(4.434)	(4.434)	(12.606)
Outros	(4.433)	(4.892)	(9.325)	(7.967)
	(121.548)	(32.781)	(154.329)	(182.579)

	Semestre findo em			
			30.06.2012	30.06.2011
	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Pessoal	(94.131)	(22.591)	(116.722)	(96.102)
Serviços	(85.110)	(17.758)	(102.868)	(92.923)
Depreciação (notas 12 e 13)	-	(2.279)	(2.279)	(3.138)
Materiais	(46.120)	(482)	(46.602)	(111.555)
Arrendamentos e aluguéis	(4.279)	(2.829)	(7.108)	(6.364)
Contingências	-	(10.010)	(10.010)	(18.188)
Outros	(9.489)	(14.208)	(23.697)	(17.068)
	(239.129)	(70.157)	(309.286)	(345.338)

b) Consolidado

	Trimestre findo em			
			30.06.2012	30.06.2011
	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Pessoal	(48.509)	(12.407)	(60.916)	(51.366)
Serviços	(107.879)	(11.788)	(119.667)	(71.825)
Depreciação (notas 12 e 13)	-	(1.025)	(1.025)	(1.639)
Materiais	(115.213)	(188)	(115.401)	(210.354)
Arrendamentos e aluguéis	(2.177)	(1.612)	(3.789)	(3.555)
Contingências	-	(4.434)	(4.434)	(12.606)
Outros	(3.834)	(4.603)	(8.437)	(7.602)
	(277.612)	(36.057)	(313.669)	(358.947)

Notas Explicativas

	Semestre findo em			
			30.06.2012	30.06.2011
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(96.683)	(25.325)	(122.008)	(99.942)
Serviços	(182.718)	(25.545)	(208.263)	(146.519)
Depreciação (notas 12 e 13)	-	(2.292)	(2.292)	(3.152)
Materiais	(240.807)	(691)	(241.498)	(357.228)
Arrendamentos e aluguéis	(4.321)	(3.077)	(7.398)	(6.404)
Contingências	-	(10.010)	(10.010)	(18.188)
Outros	(9.996)	(14.156)	(24.152)	(18.904)
	(534.525)	(81.096)	(615.621)	(650.337)

Dos custos demonstrados acima, os custos de construção da controladora totalizaram R\$72.138 em 30 de junho de 2012 e R\$144.770 em 30 de junho de 2011. Os custos de construção consolidados totalizaram R\$402.129 em 30 de junho de 2012 e R\$459.292 em 30 de junho de 2011. A respectiva receita de construção, demonstrada na nota 23.1, é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as subsidiárias em fase pré-operacional acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.

25 Resultado financeiro

	Controladora			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	2.808	2.948	7.680	5.733
Juros ativos	255	863	502	2.309
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	150	1.202	25.109	1.202
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	1.601	-	-	-
Ajuste de operações de cobertura (<i>Swap</i> - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	25.973	892	35.265	892
Outras	487	970	942	1.075
	31.274	6.875	69.498	11.211
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(10.537)	(12.835)	(22.043)	(24.485)
Juros passivos	(3.278)	-	(6.898)	(2.954)
Encargos sobre notas promissórias	(16.350)	(5.980)	(34.516)	(10.563)
Encargos sobre debêntures	(13.764)	(17.437)	(29.093)	(33.665)
Encargos (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(2.207)	(721)	(4.163)	(721)
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	(1.261)	(1.814)	(1.261)
Variações monetárias	(1.380)	(671)	(3.061)	(432)
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(29.995)	(632)	(46.913)	(632)
Ajuste de operações de cobertura (<i>Swap</i> - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	(2.110)	(17.802)	(2.110)
Outras	(228)	(309)	(1.003)	(797)
	(77.739)	(41.956)	(167.306)	(77.620)
	(46.465)	(35.081)	(97.808)	(66.409)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	4.331	4.725	10.687	10.521
Juros ativos	260	863	507	2.309
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	1.601	-	-	-
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	150	1.202	25.109	1.202
Ajuste de operações de cobertura (<i>Swap</i> - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	25.973	892	35.265	892
Ajuste de operações de cobertura (NDF)	1.284	-	567	-
Outras	1.016	994	1.798	1.095
	<u>34.615</u>	<u>8.676</u>	<u>73.933</u>	<u>16.019</u>
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(26.123)	(23.526)	(51.300)	(41.276)
Juros passivos	(3.295)	-	(6.917)	(2.576)
Encargos sobre notas promissórias	(18.712)	(7.342)	(36.878)	(11.925)
Encargos sobre debêntures	(18.982)	(17.437)	(40.034)	(33.665)
Encargos (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(2.207)	(721)	(4.163)	(721)
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	(1.261)	(1.814)	(1.261)
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(29.995)	(632)	(46.913)	(632)
Ajuste de operações de cobertura (<i>Swap</i> - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	(2.110)	(17.802)	(2.110)
Ajuste de operações de cobertura (NDF)	-	(3.146)	(302)	(3.146)
Variações monetárias	(1.380)	(671)	(3.061)	(432)
Outras	(2.104)	(5.579)	(3.952)	(9.299)
	<u>(102.798)</u>	<u>(62.425)</u>	<u>(213.136)</u>	<u>(107.043)</u>
	<u>(68.183)</u>	<u>(53.749)</u>	<u>(139.203)</u>	<u>(91.024)</u>

As captações internacionais, no semestre, apresentaram uma despesa de variação cambial líquida de R\$21.804 e encargos de R\$4.163. Em contrapartida, o ajuste de *Swap* gerou uma receita líquida de R\$17.463.

Foram realizadas duas operações para captação de recursos externos, sendo:

A operação de CCB Internacional com o Banco Itaú BBA, apresentou, no semestre, despesa de variação cambial líquida de R\$9.303, encargos de R\$2.377 e no MTM (mark to market) gerou a despesa de R\$223. O ajuste de *Swap* gerou uma receita líquida de R\$8.978 para o mesmo período que mantém o custo a 103,5% do CDI.

A captação sob a Lei 4.131 junto ao Banco JP Morgan, apresentou, no semestre, despesa de variação cambial líquida de R\$12.501 e encargos de R\$1.786 e no MTM (mark to market) gerou a despesa de R\$1.591. O ajuste de *Swap* obteve uma despesa líquida de R\$8.485 para o mesmo período que mantém o custo a 98,3% do CDI.

Na controlada IEMadeira o ajuste positivo acumulado de *Hedge* (NDF) é de R\$567 e o ajuste negativo acumulado de *Hedge* (NDF) é de R\$302. Os saldos são proporcionais a participação da Companhia na controlada.

Notas Explicativas

26 Outras receitas (despesas) operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais referem-se, substancialmente, à amortização do ágio incorporado da controladora (nota 9), no montante de R\$14.416. Em junho de 2011 o montante refere-se, substancialmente, à perda na aquisição de controle da IEMG (nota 11), no montante de R\$28.490 e à amortização do ágio incorporado da controladora (nota 9), no montante de R\$14.416.

27 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) a Companhia e suas controladas IEMG, IENNE, IESul, Pinheiros e Serra do Japi estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, exceto para as controladas IEMG e Serra do Japi que são calculadas conforme o regime de lucro presumido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	258.747	238.309	521.863	506.016
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(87.974)	(81.025)	(177.433)	(172.045)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre Capital Próprio	21.678	21.577	43.421	43.912
Provisão para perdas	(2.507)	-	(9.541)	-
Redução de multa e juros (Benefício do REFIS)	-	7.144	-	7.144
Reversão da Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (nota 9)	4.757	4.757	9.515	9.515
Equivalência Patrimonial	6.416	3.037	17.772	5.201
Outros	56	6.706	680	6.606
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(57.574)	(37.804)	(115.586)	(99.667)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(57.414)	(54.330)	(126.785)	(117.622)
Diferido	(160)	16.526	11.199	17.955
	(57.574)	(37.804)	(115.586)	(99.667)
Alíquota efetiva	22,3%	15,9%	22,2%	19,7%

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	266.768	243.838	538.564	515.862
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(90.701)	(82.905)	(183.112)	(175.393)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre Capital Próprio	21.678	21.577	43.421	43.912
Provisão para perdas	(2.507)		(9.541)	
Redução de multa e juros (Benefício do REFIS)	-	7.144	-	7.144
Reversão da Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (nota 9)	4.757	4.757	9.515	9.515
Efeito adoção lucro presumido controladas (i)	1.122	-	6.750	-
Outros	56	6.094	680	5.309
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(65.595)	(43.333)	(132.287)	(109.513)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(57.985)	(54.638)	(127.630)	(118.231)
Diferido	(7.610)	11.305	(4.657)	8.718
	(65.595)	(43.333)	(132.287)	(109.513)
Alíquota efetiva	24,6%	17,8%	24,6%	21,2%

(i) Controlada IEMG - Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A e Serra do Japi - Interligação Elétrica S.A.

A alíquota utilizada nas apurações de 2012 e 2011 é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

Notas Explicativas

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

Ativos / (Passivos)	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Provisão para contingências	34.385	34.623	34.385	34.623
Contrato de concessão (ICPC 01)	(69.927)	(94.606)	(125.978)	(134.800)
Provisão para perdas (i)	27.921	35.924	27.921	35.924
Outras provisões	29.658	24.831	29.658	24.831
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal	-	-	1.111	718
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais (ii)	-	-	(1.111)	(718)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(16.994)	(9.167)	(16.994)	(9.167)
Demais diferenças temporárias	4.171	6.413	4.171	6.413
Líquido	9.214	(1.982)	(46.837)	(42.176)
Ativo	9.214	-	9.214	-
Passivo*	-	1.982	56.051	42.176

*Em 30 de junho de 2012, o saldo do passivo consolidado refere-se ao saldo das controladas.

- (i) Refere-se basicamente a provisão registrada em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$82.121, resultante do procedimento efetuado para atender o advento da Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009 que estabelece o "Novo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico" a Companhia efetuou inventário físico cadastral de todos os seus ativos físicos, este trabalho resultou na identificação de sobras contábeis e físicas, que ainda estão em processo de reconciliação. A Administração decidiu provisionar os valores de sobra contábil identificadas, até o momento, e ao término do trabalho de conciliação o saldo remanescente será reconhecido como perda efetiva. Para fins de IFRS este valor foi ajustado pela revisão do valor justo dos ativos financeiros, registrados no contas a receber (ativo de concessão).
- (ii) As controladas IENNE e IESul possuem prejuízos fiscais acumulados. Tendo em vista que essas controladas não apresentam histórico de lucro tributável, uma vez que a operação comercial é recente, a administração decidiu por provisionar a totalidade do imposto de renda e contribuição social diferidos.

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perda, no prazo médio estimado de 5 anos.

Notas Explicativas**28 Transações com partes relacionadas**

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	30.06.2012		31.12.2011		30.06.2012	30.06.2011
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Benefícios de curto prazo*	Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	(2.777)	(2.571)
Dividendos (nota 22 (b))	ISA Capital	-	60.828	-	84.827	-	-
	IEMG	529	-	529	-	-	-
Sublocação	ISA Capital	24	-	43	-	145	116
	IEMG	13	-	7	-	37	8
	IENNE	8	-	8	-	52	52
	Pinheiros	11	-	-	-	41	30
	IESul	5	-	5	-	31	49
	Serra do Japi	18	-	15	-	102	15
Prestação de serviços	ISA Capital	-	-	-	-	43	43
	Pinheiros	46	-	30	-	277	61
	IEMadeira	30	-	3.226	-	826	-
	Serra do Japi	56	-	-	-	93	-
Mútuo financeiro	Pinheiros	-	-	-	-	-	543
	Serra do Japi	-	-	-	-	-	353

*Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na demonstração do resultado da Companhia. No consolidado apresenta saldo de R\$3.577 (R\$3.196 em 30 de junho de 2011).

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas no edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a ISA Capital abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Pinheiros no valor total de até R\$100.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 30 de junho de 2012, não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Serra do Japi no valor total de até R\$55.500, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 30 de junho de 2012, não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da Pinheiros.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de Consultoria Técnica de Suporte à Gestão dos Serviços de Engenharia do Proprietário, a serem executados pela IEMadeira e/ou por empresas por ela contratadas.

Notas Explicativas

Em 2012, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da Serra do Japi

Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

29 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos principais instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Ativos financeiros				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	153.239	151.021	210.722	207.295
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Circulante	32.245	-	33.198	1.673
Não circulante	31.702	53.736	32.781	54.195
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber				
Circulante	1.310.044	1.434.110	1.435.435	1.474.794
Não circulante	3.490.214	3.423.417	5.720.145	5.335.027
Valores a receber – Secretaria da Fazenda				
Circulante	2.262	14.906	2.262	14.906
Não circulante	898.521	810.750	898.521	810.750
Créditos com controladas	187	3.291	-	-
Cauções e depósitos vinculados	71.197	61.886	71.197	61.886
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	1.034.284	693.472	1.603.290	1.007.673
Não circulante	471.684	653.233	781.174	984.264
Debêntures				
Circulante	164.927	168.217	394.347	389.825
Não circulante	391.670	389.636	391.670	389.636
Fornecedores	46.539	48.781	73.255	83.056
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	167.869	232.156	167.869	232.156
Valor justo através do resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Circulante	11.399	27.226	11.399	27.226
Não circulante	-	-	-	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, sendo que esses foram valorizados conforme Nível II, como requerido pelo CPC vigente.

A Companhia celebrou em 26 de abril e 17 de outubro de 2011, contrato de Instrumentos Financeiros derivativos *Swap*, como proteção para o risco de taxa de câmbio, designado à cobertura do risco de taxa de câmbio da Contratação do Empréstimo em Moeda Estrangeira nos termos da Lei nº 4131 de 03/09/1962.

A controlada IEMadeira celebrou em 29 de abril de 2011, contrato de instrumento financeiro derivativo (NDF), designado à cobertura de risco de taxa de câmbio para a contração de fornecimento de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio.

Notas Explicativas

A Companhia e sua controlada IEMadeira classificam os derivativos contratados como *Hedge* de Valor Justo (*Fair Value Hedge*), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na Norma Internacional IAS 39. A Companhia adotou o “*Hedge Accounting*” para suas operações contratadas.

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento deste risco, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotado pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

				Controladora
	Vencimento	Valor de referência (Notional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)
Posição Ativa				
Swap (IBBA) - Principal	Abril de 2013	126.445	126.445	-
Swap (JPM) - Principal	Outubro de 2013	167.654	167.654	-
Posição Passiva				
Swap (IBBA) - Principal	Abril de 2013	(126.445)	(94.200)	32.245
Swap (JPM) - Principal	Outubro de 2013	(167.655)	(135.953)	31.702
				63.947
Ativo circulante				32.245
Ativo não circulante				31.702
Posição Ativa				
Swap (IBBA) - Juros	Julho de 2012	5.175	5.175	-
Swap (JPM) - Juros	Outubro de 2012	5.556	5.556	-
Posição Passiva				
Swap (IBBA) - Juros	Julho de 2012	(5.175)	(5.994)	(819)
Swap (JPM) - Juros	Outubro de 2012	(5.556)	(16.136)	(10.580)
Passivo circulante				(11.399)

Notas Explicativas

Consolidado				
	Vencimento	Valor de referência (Notional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)
Posição Ativa				
Swap (IBBA) - Principal	Abril de 2013	126.445	126.445	-
Swap (JPM) - Principal	Outubro de 2013	167.654	167.654	-
NDF (Instituições Financeiras)	Outubro de 2012 a setembro de 2013	22.999	25.031	2.032
Posição Passiva				
Swap (IBBA) - Principal	Abril de 2013	(126.445)	(94.200)	32.245
Swap (JPM) - Principal	Outubro de 2013	(167.655)	(135.953)	31.702
NDF (Instituições Financeiras)	Outubro de 2012 a setembro de 2013	(22.999)	(22.999)	-
				65.979
Ativo circulante				33.198
Ativo não circulante				32.781
Posição Ativa				
Swap (IBBA) - Juros	Julho de 2012	5.175	5.175	-
Swap (JPM) - Juros	Outubro de 2012	5.556	5.556	-
Posição Passiva				
Swap (IBBA) - Juros	Julho de 2012	(5.175)	(5.994)	(819)
Swap (JPM) - Juros	Outubro de 2012	(5.556)	(16.136)	(10.580)
Passivo circulante				(11.399)

Notas Explicativas

(b) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

• Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	1.034.284	693.472	1.603.290	1.007.673
Não circulante	471.684	653.233	781.174	984.264
Debêntures				
Circulante	164.927	168.217	394.347	389.825
Não circulante	391.670	389.636	391.670	389.636
Dívida total	2.062.565	1.904.558	3.170.481	2.771.398
Caixa e equivalentes de caixa	153.239	151.021	210.722	207.295
Dívida líquida	1.909.326	1.753.537	2.959.759	2.564.103
Patrimônio líquido	4.639.960	4.539.434	4.639.960	4.539.434
Índice de endividamento líquido	41,1%	38,6%	63,8%	56,5%

A CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento. As companhias estão adimplentes com todas as cláusulas e exigências dos contratos, conforme mencionados nas notas explicativas 14 e 15.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia e suas controladas mantem contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica, a cada quatro anos (nota 23.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 14 e 15).
- (iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Companhia eliminou o risco da taxa de câmbio do seu passivo, contratando Instrumento Derivativo *Swap*, designado como *hedge* de valor justo do Contrato de Empréstimo em Moeda estrangeira (nota 14(c)). A sua controlada IEMadeira eliminou o risco de taxa de câmbio, contratando instrumento de derivativo, designado como *hedge* de valor justo. A Companhia e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira. Demais exposições aos efeitos de oscilações cambiais são consideradas irrelevantes e correspondem a eventuais importações de equipamentos.

Notas Explicativas

- (v) **Risco de captação** – A Companhia e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (vi) **Risco de seguros** – A Companhia e suas controladas contratam seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Entretanto, face às dificuldades em contratar seguradoras para cobrir eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica, estas não fazem seguros contra esses riscos. Assim sendo, eventuais danos ocorridos nas linhas de transmissão poderão acarretar custos e investimentos adicionais significativos.
- (vii) **Risco de liquidez** – A principal fonte de caixa da Companhia e suas controladas é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

(d) Análise de sensibilidade

Em conformidade com a instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Na Companhia o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos de passivo dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Foram realizadas captações no mercado internacional através das emissões de CCB Internacional, em abril de 2011 no montante de US\$63,7 milhões, e *Commercial Paper* em outubro de 2011 no montante de US\$85,7 milhões (nota 14 (c)). Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o fluxo de caixa, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos *Swap - hedge* cambial, representando 100% do principal desses endividamentos.

Na sua controlada IEMadeira o risco decorre da possibilidade da perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos dos contratos de fornecimentos de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio em moeda estrangeira. Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o seu fluxo de caixa, a controlada IEMadeira possui instrumentos financeiros derivativos - *hedge* cambial, representando 100% do valor principal desse endividamento.

Para fins de definição de um cenário provável da análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, juros e índice de preços utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Companhia. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de câmbio e de juros em 30 setembro de 2012, que são informadas nos quadros de Riscos de variação cambial e Riscos de juros. Sobre essas taxas foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% e 50%.

Notas Explicativas

Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa - Controladora

		R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Com apreciação da taxa		Com depreciação da taxa	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos e Passivos Financeiros						
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	129.582	161.977	194.373	97.186	64.791
Commercial Paper (JP Morgan)	USD	170.528	213.160	255.793	127.896	85.264
Swap Ponta Ativa – CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(129.582)	(161.977)	(194.373)	(97.186)	(64.791)
Swap Ponta Ativa – Commercial Paper (Banco JP Morgan)	USD	(170.528)	(213.160)	(255.793)	(127.896)	(85.264)
Variação		-	-	-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros	Apreciação / (depreciação) da taxa		25%	50%	(25%)	(50%)
Taxa do Dólar USD/R\$ (setembro de 2012)		1,99	2,48	2,98	1,49	0,99

Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado

		R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Com apreciação da taxa		Com depreciação da taxa	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos e Passivos Financeiros						
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	129.582	161.977	194.373	97.186	64.791
Commercial Paper (JP Morgan)	USD	170.528	213.160	255.793	127.896	85.264
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	GBP	23.248	29.041	34.836	17.381	11.587
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	USD	2.620	3.266	3.924	1.962	1.303
Swap Ponta Ativa – CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(129.582)	(161.977)	(194.373)	(97.186)	(64.791)
Swap Ponta Ativa – Commercial Paper (Banco JP Morgan)	USD	(170.528)	(213.160)	(255.793)	(127.896)	(85.264)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	GBP	(23.248)	(29.041)	(34.836)	(17.381)	(11.587)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	USD	(2.620)	(3.266)	(3.924)	(1.962)	(1.303)
Variação		-	-	-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros	Apreciação / (depreciação) da taxa		25%	50%	(25%)	(50%)
Taxa do Dólar USD/R\$ (setembro de 2012)		1,99	2,48	2,98	1,49	0,99
Taxa da Libra GBP/R\$ (setembro de 2012)		3,17	3,96	4,75	2,37	1,58

Notas Explicativas**Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Controladora**

Operação	Risco	Cenário Provável	Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
			R\$ Mil			
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	101% CDI	54	67	80	41	27
Passivos financeiros						
Notas Promissórias - 5ª emissão	CDI+0,48%	2.221	2.722	3.214	1.712	1.195
Notas Promissórias - 6ª emissão	104,9% CDI	8.308	10.311	12.286	6.276	4.215
Debêntures 1ª série	CDI+1,30%	10.920	13.173	15.397	8.635	6.318
Debêntures 2ª série	IPCA+8,10%	2.120	2.320	2.517	1.919	1.716
FINEM BNDES (i) e (ii)	TJLP+1,80% a 2,30%	9.002	10.618	12.217	7.368	5.717
Derivativos						
Swap IBBA e JP Morgan (Posição MTM)	98,3% a 103,5% CDI	4.805	5.965	7.109	3.629	2.436
Efeito líquido da variação		(37.322)	(45.042)	(52.660)	(29.498)	(21.570)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros						
100% CDI (setembro de 2012)		7,81% a.a	9,76% a.a	11,72% a.a	5,86% a.a	3,91% a.a

Notas Explicativas**Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado**

Operação	Risco	R\$ Mil				
		Cenário Provável	Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	99,5% A 101% CDI	84	104	124	64	42
Passivos financeiros						
Notas Promissórias - 5ª emissão	CDI+0,48%	2.221	2.722	3.214	1.712	1.195
Notas Promissórias - 6ª emissão	104,9% CDI	8.308	10.311	12.286	6.276	4.215
Notas Promissórias 2ª emissão IEMadeira	106,5% CDI	3.032	3.762	4.482	2.290	1.538
Debêntures 1ª série	CDI+1,30%	10.920	13.173	15.397	8.635	6.318
Debêntures 2ª série	IPCA+8,10%	2.120	2.320	2.517	1.919	1.716
FINEM BNDES (i) e (ii)	TJLP+1,80% a 2,30%	9.002	10.618	12.217	7.368	5.717
Banco Bradesco	CDI+2,0%aa	108	129	150	87	66
BNDES (Controladas)	TJLP + 1,55% a 2,80% aa	12.762	18.629	16.951	10.633	8.482
Debêntures IEMadeira	106,5% CDI aa	4.471	5.548	6.611	3.378	2.269
Derivativos						
Swap IBBA e JP Morgan (Posição MTM)	98,3% a 103,5% CDI	4.805	5.965	7.109	3.629	2.436
Efeito líquido da variação		(57.665)	(73.073)	(80.810)	(45.863)	(33.910)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros						
100% CDI (setembro de 2012)		7,81% a.a	9,76% a.a	11,72% a.a	5,86% a.a	3,91% a.a

30 Compromissos assumidos - Arrendamentos mercantis operacionais

Os principais compromissos assumidos pela Companhia e suas controladas estão relacionados às operações de arrendamento mercantil operacional de veículos e equipamentos de informática, cujos pagamentos mínimos futuros, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	30.06.2012	31.12.2011
Até um ano	6.192	6.210
Mais de um ano até cinco anos	4.914	8.002
	11.106	14.212

As operações de arrendamento mercantil envolvendo a Companhia como arrendatário são operações de sublocação para com sua controladora e suas controladas, e estão divulgadas na nota 28 – transações com partes relacionadas.

Notas Explicativas

31 Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Controladora			
Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	01/09/11 a 01/09/12	2.401.635	2.643
Responsabilidade Civil Geral (b)	01/09/11 a 01/09/12	20.000	223
Transportes Nacionais (c)	30/09/11 a 30/09/12	260.411	30
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/12 a 01/05/13	30.262	1
Automóveis (e)	02/03/12 a 02/03/13	Valor de mercado	30
			2.927
Consolidado			
Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	05/10/11 a 18/01/13	2.660.977	2.977
Responsabilidade Civil Geral (b)	15/01/11 a 19/12/12	36.000	786
Transportes Nacionais (c)	16/07/09 a 15/10/12	277.430	44
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/11 a 01/05/12	30.262	1
Automóveis (e)	02/03/12 a 02/03/13	Valor de mercado	30
			3.838

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme o contrato de Concessão nº 059/2001, Cláusula Quarta, Oitava Sub-Claúsula, Inciso II, Item D, onde a transmissora deverá manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à Transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.
- (c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão. Consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

32 Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - “Eletropaulo”), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando

Notas Explicativas

judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRAS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRAS como saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRAS. Em outubro de 2001, a ELETROBRAS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$429 milhões da Eletropaulo e R\$49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRAS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRAS foram interpostos pela CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do pólo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRAS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRAS segue seu curso normal na forma originalmente proposta.

A CTEEP com o fulcro de viabilizar uma dilação probatória para apurar a efetiva responsabilidade atribuída no protocolo de cisão parcial propôs ação declaratória em face das demais partes envolvidas em conexão com a ação de execução. Nenhuma alteração substancial ocorreu no processo em trâmite, relativo a este caso.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Companhia não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRAS.

33 Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado fosse detentor da maioria das ações e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da

Notas Explicativas

Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da CTEEP e da Fundação CESP.

Decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à CTEEP, em 11 de julho de 2005 deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela CTEEP. Para o cumprimento das decisões judiciais, a CTEEP requer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários.

A Secretaria da Fazenda do Estado vem repassando à CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho.

Em decorrência dos fatos acima tratados e por força da citada decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, a CTEEP repassou à Fundação CESP no período de janeiro de 2005 a junho de 2012, o valor de R\$2.088.161 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$1.371.047 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda, no montante de R\$717.114 (nota 7 (c)), foi requerida pela Companhia inicialmente em processo administrativo, tendo sido proposta em dezembro de 2010 a competente ação judicial de cobrança contra a Fazenda do Estado de São Paulo. Nenhuma alteração substancial ocorreu nos processos em trâmite, relativos a este caso.

A CTEEP continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia. Em decorrência destes fatos, a Companhia registra essa diferença como valores a receber da Fazenda do Estado (nota 7 (c)).

34 Eventos subsequentes

(a) Empréstimos e financiamentos

Em 02 de julho de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures no montante de R\$700.000, ao custo nominal de 105,5% CDI a.a e vencimento em 02 de julho de 2014. Os recursos obtidos serão empregados no plano de investimentos da Companhia e na liquidação da totalidade das notas promissórias em circulação, emitidas pela Companhia em 11 de julho de 2011, sendo a 5ª emissão de notas promissórias comerciais.

Em 04 de julho de 2012, ocorreu o resgate antecipado da 5ª emissão de notas promissórias vincendas em 05 de julho de 2012 no montante de R\$300.000, cujo os encargos nominais corresponderam a CDI+0,48% a.a.

Em 04 de julho de 2012, foram assinados os aditivos aos contratos de financiamentos entre o BNDES e a controlada IEMadeira (nota 14 (a) (iv) e (v)) alterando o vencimento de 15 de julho de 2012 para 15 de janeiro de 2013 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

(b) Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de julho de 2012, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 76.265, mediante a emissão privada de novas ações ao preço unitário de R\$ 58,82 por ação. Do valor total do aumento, R\$ 28.832, equivalentes a 490.175 ações, caberão ao acionista controlador e serão integralizadas mediante a capitalização da reserva de capital (reserva especial de ágio na incorporação) correspondente ao benefício fiscal – ágio incorporado da controladora (Nota 09) decorrente da reestruturação societária concluída em fevereiro de 2008.

(c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 27 de julho de 2012 a Companhia efetuou o pagamento e/ou deixou à disposição os dividendos e juros sobre capital próprio deliberados em reunião do Conselho de Administração em 29 de junho de 2012 (nota 22 (b)).

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA COMPANHIA

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física.

Os principais acionistas da Companhia são como segue:

Acionistas	30.06.2012					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador						
ISA Capital do Brasil S.A	57.714.708	89,50	-	-	57.714.708	37,81
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	8	-	1.100	-	1.108	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
	8	-	1.100	-	1.108	-
Total do Bloco de Controle	57.714.716	89,50	1.100	-	57.715.816	37,81
Ações em Circulação						
Governo do Estado de São Paulo						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (i)	-	-	9.338.731	10,59	9.338.731	6,12
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRÁS (ii)	6.289.661	9,75	47.495.068	53,86	53.784.729	35,23
Outros (iii)	480.056	0,75	31.342.233	35,55	31.822.289	20,85
Total das Ações em Circulação	6.769.717	10,50	88.176.032	100,00	94.945.749	62,20
Capital Total	64.484.433	100,00	88.177.132	100,00	152.661.565	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

(iii) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

	30.06.2011					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador						
ISA Capital do Brasil S.A	57.093.869	89,40	-	-	57.093.869	37,60
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	93	-	4.400	-	4.493	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
	93	-	4.400	-	4.493	-
Total do Bloco de Controle	57.093.962	89,40	4.400	-	57.098.362	37,60
Ações em Circulação						
Governo do Estado de São Paulo						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (i)	-	-	9.338.731	10,62	9.338.731	6,15
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRAS (ii)	6.289.661	9,85	47.495.068	53,99	53.784.729	35,42
Outros (iii)	476.890	0,75	31.130.268	35,39	31.607.158	20,82
Total das Ações em Circulação	6.766.551	10,60	87.964.067	100,00	94.730.618	62,40
Capital Total	63.860.513	100,00	87.968.467	100,00	151.828.980	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

2. **Posição acionária por espécie e classe, de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física**

30.06.2012						
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.624.995	100,00	-	-	840.624.995	58,60
Banco HSBC	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Banco Votorantim	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Demais acionistas	5	-	-	-	5	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>593.844.504</u>	<u>100,00</u>	<u>1.434.469.504</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	112.605.547	10,17	-	-	112.605.547	10,17
Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL (d)	58.925.480	5,32	-	-	58.925.480	5,32
Demais acionistas	366.674.306	33,10	-	-	366.674.306	33,10
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	3.008.720	100,00	-	-	3.008.720	100,00
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellín	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
(d) Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL						
Ministério da Hacienda Y Crédito Público	357.536.508.313	88,50	-	-	357.536.508.313	88,50
Demais acionistas	41.116.698.456	11,50	-	-	41.116.698.456	11,50
	<u>398.653.206.769</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>398.653.206.769</u>	<u>100,00</u>

(i) As Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás é uma Companhia aberta com código de registro CVM nº 2437.

(ii) O acionista “Governo do Estado de São Paulo” tem suas funções atribuídas por decreto estadual de administração tributária, financeira e creditícia, controle interno do Poder Executivo e execução orçamentária. As atribuições do acionista “Governo do Estado de São Paulo” estão regulamentadas no

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

decreto nº 49.900 de 2 de julho de 1968, o qual determina sua responsabilidade político – administrativa nas áreas tributária, financeira e de controle interno do Governo do Estado de São Paulo.

	30.06.2011					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.624.995	100,00	-	-	840.624.995	58,60
Banco HSBC	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Banco Votorantim	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Demais acionistas	5	-	-	-	5	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>593.844.504</u>	<u>100,00</u>	<u>1.434.469.504</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	112.605.547	10,17	-	-	112.605.547	10,17
Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL (d)	58.925.480	5,32	-	-	58.925.480	5,32
Demais acionistas	366.674.306	33,10	-	-	366.674.306	33,10
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	3.008.720	100,00	-	-	3.008.720	100,00
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellin	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
(d) Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL						
Ministério da Hacienda Y Crédito Público	2.704.846	89,90	-	-	2.704.846	89,90
Demais acionistas	303.882	10,10	-	-	303.882	10,10
	<u>3.008.728</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.728</u>	<u>100,00</u>

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de agosto de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da CTEEP no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o inciso vi do Artigo 163 da Lei no. 6.404/76, analisou as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012 e o parecer dos Auditores Independentes e com fundamento no exame realizado manifesta-se favoravelmente à divulgação das Demonstrações Financeiras referentes ao 2º. Trimestre de 2012.

São Paulo, 10 de agosto de 2012

Manuel Domingues de Jesus e Pinho

Antonio Luiz de Campos Gurgel

Flavio Cesar Maia Luz

Rosangela da Silva

Egídio Schoenberger

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Formulário de Informações Trimestrais

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com o Formulário de Informações Trimestrais.

São Paulo, 09 de agosto de 2012

César Augusto Ramírez Rojas
Presidente

Pío Adolfo Bárcena Villarreal
Diretor Administrativo

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Celso Sebastião Cerchiari
Diretor de Operações

Jorge Rodríguez Ortiz
Diretor de Empreendimentos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Relatório da Revisão Especial dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Revisão Especial dos auditores independentes.

São Paulo, 09 de agosto de 2012

César Augusto Ramírez Rojas
Presidente

Pío Adolfo Bárcena Villarreal
Diretor Administrativo

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Celso Sebastião Cerchiari
Diretor de Operações

Jorge Rodríguez Ortiz
Diretor de Empreendimentos